

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR**  
**CNPJ: 83.074.302/0001-31**  
**AV. SANTA CATARINA, 195**  
**C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC**

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, ALENCAR MENDES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e/ou pela(o) pregoeira(o), resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Licitação nº: PRE 046/2023
- b) Modalidade: Pregão
- c) Data Homologação: 22/08/2023
- d) Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CHAVEIRO
- e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

**13524 - LUCAS CASTILHO 00908645902 (26.326.666/0001-28)**

<b>Data Adjudicação</b>	<b>Item</b>	<b>Material/Serviço</b>	<b>Unid. medida</b>	<b>Marca</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>	<b>Valor total (R\$)</b>
22/08/2023	1	77864 - 566. Fechadura tubular 566. Fechadura tubular	UN		10	92,667	926,67
22/08/2023	2	77865 - 566. Fechadura 40 mm externa 566. Fechadura 40 mm externa	UN		15	92,66666	1.390,00
22/08/2023	3	77866 - 566. Fechadura externa 21 mm 566. Fechadura externa 21 mm	UN		10	90,00	900,00
22/08/2023	4	77867 - 566. Fechadura 55mm externa 566. Fechadura 55mm externa	UN		10	125,667	1.256,67
22/08/2023	5	77868 - 566. Fechadura 40mm interna 566. Fechadura 40mm interna	UN		10	81,667	816,67
22/08/2023	6	77869 - 566.	UN		10	100,00	1.000,00

		Fechadura 55mm interna 566. Fechadura 55mm interna					
22/08/2023	7	77870 - 566. Fechadura de banheiro 40mm 566. Fechadura de banheiro 40mm	UN		10	89,667	896,67
22/08/2023	8	77871 - 554. Cadeado e- 25mm 554. Cadeado e- 25mm	UN		30	32,33	969,90
22/08/2023	9	77872 - 554. Cadeado e- 30mm 554. Cadeado e- 30mm	UN		10	36,33	363,30
22/08/2023	10	77873 - 554. Cadeado e 40mm 554. Cadeado e 40mm	UN		30	42,66666	1.280,00
22/08/2023	11	77874 - 554. Cadeado e 45mm 554. Cadeado e 45mm	UN		30	50,33	1.509,90
22/08/2023	12	77875 - 554. Cadeado e 50mm 554. Cadeado e 50mm	UN		20	51,33	1.026,60
22/08/2023	13	77876 - 5436. Cópias de chaves automotivas simples. 5436. Cópias de chaves automotivas simples.	UN		30	88,33	2.649,90
22/08/2023	14	77877 - 5436. Cópias de chaves automotivas pantográfica. 5436. Cópias de chaves automotivas pantográfica.	UN		10	319,33	3.193,30
22/08/2023	15	77878 - 5436. Cópia de chave automotiva codificada.	UN		15	641,00	9.615,00

		5436. Cópia de chave automotiva codificada.					
22/08/2023	16	77879 - 5436. Cópia de chave yale. 5436. Cópia de chave yale.	UN		1.000	15,33	15.330,00
22/08/2023	17	77880 - 5436. Cópia de chave gorja. 5436. Cópia de chave gorja.	UN		50	20,66666	1.033,33
22/08/2023	18	77881 - 5436. Cópia de chave tetra. 5436. Cópia de chave tetra.	UN		30	62,9966	1.889,90
22/08/2023	19	77882 - 5436. Instalação e consertos de fechaduras com aplicação de peças. 5436. Instalação e consertos de fechaduras com aplicação de peças.	UN		100	155,00	15.500,00
22/08/2023	20	77883 - 5436. Serviço de abertura de porta. 5436. Serviço de abertura de porta.	UN		100	143,33	14.333,00
22/08/2023	21	77884 - 5436. Instalação de fechaduras de gavetas com aplicação de materiais. 5436. Instalação de fechaduras de gavetas com aplicação de materiais.	UN		50	150,00	7.500,00
22/08/2023	22	77885 - 5436. Instalação de fechadura de porta com aplicação de peças. 5436. Instalação de fechadura de porta com	UN		70	195,00	13.650,00

		aplicação de peças.					
22/08/2023	23	77886 - 5436. Serviço de troca de segredo em fechadura com aplicação de materiais. 5436. Serviço de troca de segredo em fechadura com aplicação de materiais.	UN		120	148,33	17.799,60
22/08/2023	24	77887 - 5436. Serviço de abertura de cofre. 5436. Serviço de abertura de cofre.	UN		2	160,00	320,00
22/08/2023	25	77888 - 5436. Serviço de troca de segredo de cofre com aplicação de materiais. 5436. Serviço de troca de segredo de cofre com aplicação de materiais.	UN		2	136,665	273,33
22/08/2023	26	77889 - 5436. Instalação e conserto de travas de segurança para portas. 5436. Instalação e conserto de travas de segurança para portas.	UN		10	165,00	1.650,00
<b>Total</b>							<b>117.073,74</b>

Caçador, 22/08/2023

---

ALENCAR MENDES  
Prefeito





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 223/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 094/2025**

	Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram o <b>Município de Nova Prata do Iguaçu</b> , Estado do Paraná e a empresa <b>Fabiana Angela Detoni de Moura 03954823993</b> , que se regerá pelas cláusulas e condições especificadas em seguida, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
<b>CONTRATANTE</b>	<b>Município de Nova Prata do Iguaçu</b> , Estado do Paraná, pessoa Jurídica de Direito interno, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, 11/59, inscrito no CNPJ nº 78.103.884/0001-05, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Senhora <b>Elizete Cavazin</b> , brasileira, Solteira, portadora do RG nº 6.788.984-3 SESP/PR e inscrita no CPF nº 042.444.599-95, residente na Rua José de Souza, nº 106, nesta cidade.
<b>CONTRATADA</b>	<b>Fabiana Angela Detoni de Moura 03954823993</b> , Pessoa Jurídica, com sede na Avenida Iguaçu, nº 440, Bairro Alto, CEP 85.685-000, Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 27.458.130/0001-29, representada neste ato pela senhora <b>Fabiana Angela Detoni de Moura</b> , portador do CPF nº 039.548.239-93.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, pelos Decretos Municipais nº. 3746 ao 3767, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

## CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro e serviços correlatos, compreendendo fornecimento de todo material necessário, mão de obra especializada e suporte técnico, de forma parcelada por demanda, destinados às secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu -- PR, com especificações técnicas rigorosas, certificações de qualidade adequadas, atendimento emergencial 24 horas, logística completa de fornecimento e garantia, para modernização e segurança da infraestrutura patrimonial municipal.

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	UNID	<b>Cópia chave Yale (simples).</b> Serviço de confecção de chave Yale comum, incluindo fornecimento de chave virgem e mão de obra especializada para reprodução precisa do segredo original.	290	10,01	2.902,90
2	UNID	<b>Cópia chave tetra.</b> Serviço de confecção de chave tetra, incluindo fornecimento de chave virgem específica e mão de obra especializada para reprodução do segredo em chave de quatro faces.	22	28,80	633,60
3	UNID	<b>Cópia chave gorje.</b> Serviço de confecção de chave gorje, incluindo fornecimento de chave virgem específica e mão de obra	22	23,40	514,80





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### “Centro Administrativo Setembrino Thomazi”

		especializada para reprodução do segredo em sistema gorje.			
12	<b>SERV</b>	<b>Abertura cofre.</b> Serviço especializado de abertura de cofres residenciais e comerciais, sem danos à estrutura quando possível.	13	131,67	1.711,71
13	<b>UNID</b>	<b>Fechadura porta (blindex, stam, aliança, soprano).</b> Fornecimento e instalação de fechaduras para portas, marcas especificadas, incluindo material e mão de obra.	28	74,63	2.089,64
15	<b>UNID</b>	<b>Cilindro Fechadura (stam, soprano, aliança).</b> Fornecimento e instalação de cilindros para fechaduras, marcas especificadas, incluindo ajustes e regulagens.	65	45,02	2.926,30
16	<b>SERV</b>	<b>Serviço de mão de obra, ajustes e manutenção fechaduras.</b> Serviços gerais de manutenção, ajustes e reparos em fechaduras diversas.	70	76,96	5.387,20
17	<b>SERV</b>	<b>Abertura porta chave yale.</b> Serviço de abertura emergencial de portas com fechaduras Yale, preservação da integridade da fechadura.	44	74,43	3.274,92
18	<b>SERV</b>	<b>Abertura porta chave (tetra, multiponto).</b> Serviço de abertura emergencial de portas com sistemas tetra e multiponto, técnicas especializadas.	24	89,40	2.145,60
28	<b>UNID</b>	<b>Etiquetas para marcação de chaves.</b> Fornecimento de etiquetas identificadoras para organização e controle de chaves diversas.	155	2,07	320,85
29	<b>UNID</b>	<b>Controle (alarme, portão).</b> Fornecimento de controles remotos para alarmes e portões automáticos, incluindo programação básica.	34	52,73	1.792,82

O valor total do contrato é de R\$ 23.700,34 (vinte três mil setecentos reais e trinta quatro centavos).

#### CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, o pagamento será em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, conforme quantidade adquirida.

**Parágrafo primeiro.** O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para fins de atesto.

**Parágrafo segundo.** O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos.

**Parágrafo terceiro.** A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo quarto.** No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo quinto.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**Parágrafo sexto.** Antes de cada pagamento, o CONTRATANTE poderá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e demais verificações disponíveis para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

**Parágrafo sétimo.** O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO**

A forma de execução dos serviços do objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência.

### **CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial coordenar as atividades relacionadas à fiscalização; e seguir as demais previsões do Decreto Municipal nº 3746/2023.

**Parágrafo primeiro.** O fiscal de contrato é o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, devendo ainda observar as determinações estabelecidas no Decreto Municipal nº 3746/2023.

**Parágrafo segundo.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo terceiro.** O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Parágrafo quarto.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

**Parágrafo quinto.** O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo sexto.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo sétimo.** A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**Parágrafo oitavo.** Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo nono.** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo décimo.** A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

**Parágrafo décimo primeiro.** Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo décimo segundo.** A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO**

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Diário Oficial, e vigorará pelo período de 12 (doze) meses contados da data da assinatura ou da data estabelecida no Edital.

**Parágrafo primeiro.** O prazo de execução deste termo poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo segundo.** Nos casos do art. 48 da Lei nº. 14.133/2021, durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA**





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

#### **CONTRATADA**

**Parágrafo primeiro.** O CONTRATANTE não se responsabiliza pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários dos empregados que tenham prestado serviços.

**Parágrafo segundo.** Responsabilizar-se diretamente pelo pagamento e remuneração dos empregados e profissionais que participem da execução do objeto, não se responsabilizando o Município contratante por qualquer remuneração direta ou indireta a qualquer deles, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade no que diz respeito ao pagamento da mão de obra utilizada na prestação de serviços contratados;

**Parágrafo terceiro.** Executar os serviços/entregar os bens, conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

**Parágrafo quarto.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**Parágrafo quinto.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

**Parágrafo sexto.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

**Parágrafo sétimo.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.

**Parágrafo oitavo.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**Parágrafo nono.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

**Parágrafo décimo.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

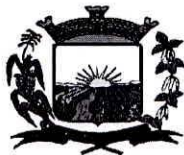
**Parágrafo décimo primeiro.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**Parágrafo décimo segundo.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**Parágrafo décimo terceiro.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**Parágrafo décimo quarto.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo décimo quinto.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**Parágrafo décimo sexto.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**Parágrafo décimo sétimo.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**Parágrafo décimo oitavo.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**Parágrafo décimo nono.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o contratado houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**Parágrafo vigésimo.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**Parágrafo vigésimo primeiro.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na legislação.

**Parágrafo vigésimo segundo.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

**Parágrafo vigésimo terceiro.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

**Parágrafo vigésimo quarto.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração, assim como instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Ficará responsável por prestar todo o serviço contratado, dentro dos parâmetros de segurança e qualidade aos visitantes.

**Parágrafo primeiro.** Entregar o ESPAÇO em condições de prestar o serviço devidamente limpo e acessível.

**Parágrafo segundo.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**Parágrafo terceiro.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Parágrafo quarto.** Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**Parágrafo quinto.** Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo sexto.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do contratado, no que couber.

**Parágrafo sétimo.** Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:

I. exercer o poder de mando sobre os empregados do contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

II. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

III. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

IV. considerar os trabalhadores do contratado como colaboradores eventuais do próprio Município, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

V. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

VI. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo contratado.

VII. Arquivar documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, entre outros, após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

VIII. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando o contratado houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

IX. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

#### **DO CONTRATO**

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento, e se dará mediante avaliação de servidores designados pelo Município, na forma do Decreto Municipal, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

**Parágrafo primeiro.** O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo segundo.** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no parágrafo terceiro, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo terceiro.** O Gestor do Contrato e/ou a Comissão terá as seguintes atribuições:

I. receber definitivamente, o objeto contratado, com verificação da conformidade com as exigências contratuais no que pertine à quantidade e a qualidade, em cumprimento ao contrato ou instrumento correlato.

II. na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

III. se necessário, solicitar ao Departamento interessado na aquisição a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico na área específica, para respectiva análise e parecer técnico do serviço prestado;

IV. rejeitar, no todo, ou em parte, o serviço sempre que estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos, contrato ou instrumento equivalente, que anotarà em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, devendo ser reparar no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **"Centro Administrativo Setembrino Thomazi"**

CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**V.** expedir Termo de Recebimento e Aceitação, que comprove o atendimento das exigências contratuais, ou Notificação, no caso de rejeição de material.

**VI.** receber eventuais requerimentos da empresa contratada dirigindo-os às autoridades competentes, depois de prestadas as informações pertinentes;

**VII.** rever seus atos, de ofício, ou mediante provocação, quando for o caso;

**VIII.** receber e conferir os serviços contratados, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento;

**IX.** acompanhar o cumprimento de prazos e entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitação e Compras a constatação de quaisquer irregularidades.

**Parágrafo quarto.** O objeto contratado será recebido, provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, da conformidade do material com as exigências contratuais.

**Parágrafo quinto.** Quando previsto em regulamento, o Termo de Recebimento e Aceitação Definitivo poderá ser substituído por Carimbo de Recebimento Definitivo, quando se tratar de objeto comum em que seja possível aferir de plano a quantidade e a qualidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO**

##### **FORTUITO**

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas devidamente fundamentadas no processo administrativo de contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

I) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo primeiro.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “b” acima;

d) Multa:

1. moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**Parágrafo segundo.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**Parágrafo terceiro.** Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021.

**Parágrafo quarto.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**Parágrafo quinto.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo sexto.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo estabelecido no processo administrativo pela Autoridade Máxima.

**Parágrafo sétimo.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

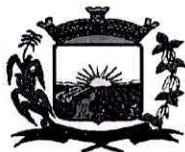
**Parágrafo oitavo.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de

integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo nono.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo décimo.** A personalidade jurídica do eventual Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Parágrafo décimo primeiro.** O Município deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Iridôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**Parágrafo décimo segundo.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO**

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo primeiro.** A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo segundo.** Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo terceiro.** Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 30% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula das Sanções deste Contrato.

**Parágrafo quarto.** A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo quinto.** Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo sexto.** Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo sétimo.** No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento da importância referente a execução do objeto, correrá à conta de recursos do orçamento Geral do Município, conforme rubrica orçamentária abaixo: 03 Secretaria de Administração, 001 Departamento de Administração, 04.122.0003.2-002 Manutenção da Secretaria de Administração, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 04 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 001 Departamento de Ensino, 12.361.0008.2-018 Manutenção do Departamento de Ensino, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 06 Secretaria Municipal de Saúde, 001 Departamento de Saúde, 10.301.0007.2-012 Manutenção da Secretaria de Saúde – Atenção Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 07 Secretaria Municipal de Assistência Social, 001 Fundo Municipal de Assistência Social, 08.244.0006.2-008 FMAS – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 08 Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, 001 Departamento de Transporte, 26.782.0017.2-037 Manutenção do Departamento de Transporte, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 09 Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, 001 Departamento Agropecuário Forte e Inovador, 20.606.0014.2-030 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 10 Secretaria Da Indústria, Comércio e Turismo, 001 Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, 22.661.0015.2-034 Manutenção do Departamento de Indústria e comércio, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**

Fica eleito o Foro de Salto do Lontra/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº14.133/2021, e no Portal da Transparência do Município.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

c) E por estarem justos e acordados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Nova Prata do Iguaçu, 23 de setembro de 2025.

**ELIZETE**

**CAVAZIN:04244**

**459995**

Assinado de forma digital  
por ELIZETE  
CAVAZIN:04244459995  
Dados: 2025.09.23  
15:20:51 -03'00'

**Município De Nova Prata Do Iguaçu**

Contratante

TESTEMUNHAS:(NOME e CPF)

**FABIANA ANGELA  
DETONI DE MOURA**  
03954823993:2745813  
0000129

Assinado de forma digital por  
FABIANA ANGELA DETONI DE  
MOURA  
03954823993:27458130000129  
Dados: 2025.09.25 11:30:31  
-03'00'

**Fabiana Angela Detoni de Moura**  
**03954823993**

Contratada

(NOME e CPF)





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

**“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 223/2025**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 094/2025**

**CONTRATANTE:** Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.

**CONTRATADA:** Fabiana Angela Detoni de Moura 03954823993 – CNPJ Nº 27.458.130/0001-29 – Nova Prata do Iguaçu-Pr.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro e serviços correlatos, compreendendo fornecimento de todo material necessário, mão de obra especializada e suporte técnico, de forma parcelada por demanda, destinados às secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu -- PR, com especificações técnicas rigorosas, certificações de qualidade adequadas, atendimento emergencial 24 horas, logística completa de fornecimento e garantia, para modernização e segurança da infraestrutura patrimonial municipal, conforme itens 01,02,03,12,13,15,16,17,18,28 e 29.

**VALOR:** R\$ 23.700,34 (vinte três mil setecentos reais trinta quatro centavos).

**PAGAMENTO:** Pagamento em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal.

**RUBRICA ORÇAMENTÁRIA:** 03 Secretaria de Administração, 001 Departamento de Administração, 04.122.0003.2-002 Manutenção da Secretaria de Administração, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 04 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 001 Departamento de Ensino, 12.361.0008.2-018 Manutenção do Departamento de Ensino, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 06 Secretaria Municipal de Saúde, 001 Departamento de Saúde, 10.301.0007.2-012 Manutenção da Secretaria de Saúde – Atenção Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 07 Secretaria Municipal de Assistência Social, 001 Fundo Municipal de Assistência Social, 08.244.0006.2-008 FMAS – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 08 Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, 001 Departamento de Transporte, 26.782.0017.2-037 Manutenção do Departamento de Transporte, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 09 Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, 001 Departamento Agropecuário Forte e Inovador, 20.606.0014.2-030 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 10 Secretaria Da Industria, Comercio e Turismo, 001 Departamento de Industria, Comercio e Turismo, 22.661.0015.2-034 Manutenção do Departamento de Industria e comercio, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 23 de setembro de 2025.

Publicado em: 24/09/2025  
Jornal: DOM P - AMP  
PG: 251 Edição: 3370

# MUNICÍPIO DE SENGÉS



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95 -  
SENGÉS – PARANÁ

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

**2** – As especificações de entrega dos bens/serviços, prazos e condições de pagamento serão aquelas definidas no Termo de Referência anexa ao Edital do processo licitatório que originou esta ata de Registro de Preços, que faz parte integrante desta, independente de transcrição, devendo cumprir, integralmente, todas as cláusulas e condições constantes dos contratos firmados, sob pena de aplicações das penalidades cabíveis.

**3** – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

**1** – Poderá ser realizada adesão a esta Ata de Registro de Preços desde que aceito pelo DETENTOR e desde que não haja prejuízos as demandas dos órgãos participantes.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO:

**1** – Este instrumento não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar contratações na quantidade total estimada, e poderá ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada a Detentora do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**2** – A formalização da Contratação, que se dará através da **NOTA DE EMPENHO DE DESPESA**, autorização de compra ou ordem de execução de serviços, ficando a critério do requisitante a escolha que melhor lhe aprouver, observando-se as condições estabelecidas no artigo 95 da Lei 14.133/21.

**3** – O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/21;
- b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e seus anexos;
- c) a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão e os direitos da Administração previstos Lei nº 14.133/21.

**4** - Independente de transcrição na Nota de empenho ou do instrumento equivalente, as condição de execução/entrega do bem são as especificadas no Edital da Licitação e o Termo de Referência anexo a ele, sujeitando às partes as instruções neles contidas.

### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:



# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95 -  
SENGÉS – PARANÁ

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

**1** – O prazo de vigência da presente ATA será de 12 (doze) meses, contados a partir **da data de sua assinatura**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

**2** – A publicação do extrato se dará no Jornal Oficial do Município de Sengés (<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>).

### **CLÁUSULA QUINTA – DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO DA ATA E DA CONTRATAÇÃO:**

**1** – O Município de Sengés é o Órgão Gerenciador responsável pelo gerenciamento desta Ata de Registro de Preços.

**2** – Caberá a(o) servidor(a) Vanessa Koso Oliveira a Gestão desta ARP, cabendo as responsabilidades prevista no §1º do art. 6 do Decreto Municipal 4.779/2025.

**3** – Caberá ao CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente contrato, de acordo com o estabelecido, bem como acompanhar e fiscalizar a execução e fornecimento deste contrato através dos servidores(as) Vanessa Koso Oliveira podendo ser substituída por Carlos Eduardo Fuzeto pela Secretaria de Administração; Celso Fernando Wolf podendo ser substituído por Paola Ribeiro Medeiros e Érica Rodrigues Balbino pela Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo; Renê Ap. Pereira Junior podendo ser substituído por Fabiane Alberti Lobo, Zenaide Nogueira Rosa Sampaio, Monique Santos Moreira e Sandra Jacqueline Broquá pela Secretaria de Saúde; Israel Henrique Santos podendo ser substituído por Leonina de Almeida pela Secretaria de Serviços Urbanos; Paola Fernanda Ferreira dos Santos podendo ser substituída por Ana Carolina Pinheiro de Melo pela Secretaria de Assistência Social; Valdelei dos Santos podendo ser substituído por Aníbal Nogueira Filho pela Secretaria de Meio Ambiente; José Elias Ribeiro podendo ser substituído por Ricardo de Jesus Soares pela Secretaria de Educação; Adriane Benatto Ferraz Fernandez podendo ser substituída por Alays Simão de Deus, Antônio Marcos Perin e Wagner da Silva Santos pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio; e Graciele O. Danielewski Pereira podendo ser substituída por Carlos Eduardo Fuzeto pela Secretaria de Finanças, designados(as) através do Decreto Municipal nº 4.779/2025.

**4** – As obrigações do fiscal estão designadas no Decreto de nomeação.

### **CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

**1** – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas situações e condições previstas no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**2** – Qualquer pedido de alteração deverá vir acompanhado dos documentos comprobatórios de suas legações, como por exemplo, divulgações em mídias especializadas, planilhas de custos que





# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95 -  
SENGÉS – PARANÁ

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas, cópias de notas fiscal e/ou documentos oficiais de fornecedores.

**3** – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo de sofrer sanções.

**4** – Os pedidos de alterações serão analisados, diligenciados e negociados pelo Gestor e sua equipe.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA:

**1** – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos termos dos artigos 17, 18 e 19 do Decreto Municipal nº 3.371/2022.

### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:

**1** – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

**2** – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade

**3** – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS:

**1** – As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

**a)** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ATA de Registro de Preços ou através de simples apostilamento.

**b)** A DETENDORA DA ATA tem pleno conhecimento dos elementos constantes desta ATA, de todas as condições gerais e peculiares do fornecimento a ser efetuado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta ATA.

**c)** As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, pelo Decreto Municipal nº 3371/2023 e demais normas aplicáveis, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação das referidas leis.





# MUNICÍPIO DE SENGÉS

CNPJ/MF 76.911.676/0001-07  
TRAVESSA SENADOR SOUZA NAVES N. 95 -  
SENGÉS – PARANÁ

## DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

2 – Integram esta Ata, o Edital do Processo de Licitação seus Anexos, a Ata da Sessão do Pregão e a(s) proposta(s) de preços do fornecedor e demais documentos pertinentes arrolados no processo licitatório.

### CLÁUSULA DÉCIMA– DO FORO:

1 – Fica eleito o foro da cidade de Sengés/PR para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

E, por estarem de acordo com as disposições contidas na presente ATA, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

**GERSON NUNES**

Prefeito Municipal  
MUNICÍPIO

**ANDRÉ RIBEIRO**

Representante Legal  
DETENTORA DA ATA

### TESTEMUNHAS:

**Thiago Sampaio Mariano**

CPF: 052.205.969-42

**Ediane Silva Teleginski**

CPF: 144.028.759-78



**MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100\_25**

O Município de Santa Cruz do Sul, através da Secretaria Municipal de Fazenda (Órgão Gerenciador), com sede na Rua Coronel Oscar Rafael Jost, 1551 (Centro Administrativo Municipal – 1º andar), Universitário, CEP: 96.815-713, na cidade de Santa Cruz do Sul/RS, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 95.440.517/0001-08, neste ato representado pelo **Sr. Bruno Cesar Faller, Secretário Municipal de Fazenda**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 100/2025, Processo Administrativo nº 117/CELIC/SEFAZ/2025**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, e nas quantidades dispostas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 11.668, de 05 de junho de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PRAZOS**

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futuras prestações de Serviços de Chaveiro (Materiais e Serviços), conforme especificado do edital de **Pregão Eletrônico nº 100/2025**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2. O preço registrado, as especificações mínimas do objeto, as quantidades, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**CENTRAL CHAVES SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA.**

CNPJ: 00.441.985/0001-90

Endereço: RUA JULIO DE CASTILHOS 99 - CENTRO

Cidade: SANTA CRUZ DO SUL / RS CEP: 96810046

Telefone: (51) 3715-1646 / 995990373 E-mail: centralchaves@gmail.com

Banco: SICREDI 748 Agência: 156 Conta Corrente: 56909-7

Lote	Item	Descrição	Marca	Quant	Unid	Valor unitário	Valor total
1	1	Chamada técnica para realização os serviços de abertura de gavetas, armários, arquivos, cadeados, cofres, fechaduras, troca de segredo e miolo		500	un	R\$ 100,00	R\$ 50.000,00
1	2	Abertura de mesa, armário ou arquivo		200	un	R\$ 60,00	R\$ 12.000,00
1	3	Abertura de porta tipo Yale		300	un	R\$ 90,00	R\$ 27.000,00
1	4	Abertura de fechadura tipo tetra		50	un	R\$ 91,00	R\$ 4.550,00

MUNICÍPIO DE  
SANTA CRUZ DO SUL

1	5	Abertura de cadeado		200	un	R\$ 49,50	R\$ 9.900,00
1	6	Abertura de cofre		3	un	R\$ 187,00	R\$ 561,00
1	7	Conserto de fechadura tipo Yale		50	un	R\$ 48,00	R\$ 2.400,00
1	8	Conserto de fechadura tipo tetra		25	un	R\$ 51,00	R\$ 1.275,00
1	9	Troca de segredo de fechadura tipo Yale		1.000	un	R\$ 89,00	R\$ 89.000,00
1	10	Troca de miolo de fechadura tipo tetra		100	un	R\$ 119,00	R\$ 11.900,00
1	11	Troca de segredo de fechadura tipo tubular		200	un	R\$ 49,00	R\$ 9.800,00
1	12	Serviços de confecção de chaves codificada reserva para veículos até o ano de 2012		20	un	R\$ 315,00	R\$ 6.300,00
1	13	Serviços de confecção de chaves codificada reserva para veículos fabricados nos anos de 2013 até 2024		10	un	R\$ 350,00	R\$ 3.500,00
1	14	Troca de miolo de fechadura Yale		200	un	R\$ 84,00	R\$ 16.800,00
1	15	Cópia de chave Yale		2.500	un	R\$ 10,90	R\$ 27.250,00
1	16	Cópia de chave tipo tetra		100	un	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
2	1	Fechadura para barra antipânico.	Soprano	8	un	R\$ 331,00	R\$ 2.648,00
2	2	Barra antipânico simples.	Soprano	20	un	R\$ 802,00	R\$ 16.040,00
2	3	Manutenção da barra anti panico		15	un	R\$ 312,00	R\$ 4.680,00
4	1	Fechadura tubular 90mm, cor branca, para porta eucatex/ /divisória, para aberturas de 25mm a 40mm de grossura, com maçaneta, acompanha 2 unidades de chaves	Soprano	120	un	R\$ 110,00	R\$ 13.200,00
5	1	Fechadura, para porta	Soprano	105	un	R\$ 63,40	R\$ 6.657,00

MUNICÍPIO DE  
SANTA CRUZ DO SUL

		externa, inox, com espelho, oval, maçaneta 40mm, com chave e cópia					
6	1	Fechaduras para porta interna, inox, com espelho, dual, maçaneta 40mm, com chave e cópia.	Soprano	15	pc	R\$ 52,00	R\$ 780,00
7	1	Cadeado latonado com haste aço inox, tamanho 25mm	Pado	200	un	R\$ 22,00	R\$ 4.400,00
8	1	Cadeado latonado padrão RGE, CORSAN, CEEE, tamanho 45mm	Pado	150	un	R\$ 34,00	R\$ 5.100,00
9	1	Controle remoto codificado para portão eletrônico frequência 299nhz (02 botões)	Critec	100	un	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
10	1	Controle remoto codificado para portão eletrônico frequência 433nhz (02 botões)	SPK	100	un	R\$ 43,00	R\$ 4.300,00
					<b>Total</b>		<b>R\$ 336.041,00</b>

1.3 - O prazo de validade da proposta é de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

1.4. - O prazo da execução dos serviços será **imediata** para cópias e a chamada técnica deverá ser atendida em no máximo de **02(duas) horas** após o recebimento da solicitação através dos canais eletrônicos encaminhada pela secretaria requerente;

14.1.- O prazo de entrega para o item Mola Aérea para Porta devera ser de até 10 (dez) dias úteis.

1.4.2 - O prazo de execução dos serviços e de entrega dos produtos poderá, a critério da Administração e mediante solicitação fundamentada por parte da empresa, ser prorrogado por até igual período.

1.4..3 -A chamada técnica é o deslocamento do profissional indicado pela empresa vencedora do certame até o local indicado pelo contratante dentro da circunscrição municipal, para realizar o serviço solicitado pela contratante. A mesma deverá ser cobrada 01(uma) única vez, mesmo ocorrendo mais serviços dentro do lote no mesmo endereço;

1.4.4 - Caso haja necessidade por parte da Administração, a prestação dos serviços poderá ser agendada em dias e horários diferenciados, buscando-se desta forma, atender cada local da melhor maneira possível e dentro da sua particularidade.





1.4.5 – A empresa deverá realizar, conforme o caso, antes do início da prestação dos serviços a verificação das dimensões reais dos locais onde serão executados os mesmos.

1.4.6 – Todos os serviços prestados deverão ser de primeira qualidade, exercidos com zelo e dedicação no intuito de preservar a Administração Municipal.

1.4.7 – Deverão ser utilizados equipamentos de proteção adequados à natureza dos serviços.

**1.5 – O local de entrega do material e/ou prestação do serviço será indicado na Nota de Empenho e na ordem de serviço encaminhada pela secretaria requerente.**

**1.6 – O prazo de garantia será de 12 (doze) meses concernente aos materiais empregados (fechaduras, cadeados, controles remotos e molas aéreas para porta), e de 03 (três) meses para o serviço,** contados a partir da entrega e ou realização do serviço, em caso de apresentar qualquer avaria ou defeitos de fabricação.

1.6.1 – A garantia no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação, pela empresa, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações).

1.6.2 – Todas as despesas decorrentes da manutenção da garantia são de responsabilidade da empresa vencedora.

1.6.3 – Incumbe ao licitante vencedor o ônus da prova da origem do defeito.

## 2. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S) E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.1 – O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Fazenda.

2.2 – Demais Órgãos Participantes:

SECRETARIA / ÓRGÃOS MUNICIPAIS	SIGLA	Nº PEDIDO
Secretaria Municipal de Fazenda (Órgão Gerenciador)	SEFAZ	2025/10288

2.3 – O objeto deste registro de preços poderá ser requisitado por todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do Município de Santa Cruz do Sul e as entidades assistidas ou conveniadas com o Município, conforme sua(s) respectiva(s) dotação(ões) orçamentária(s), informada(s) por ocasião da expedição da(s) nota(s) de empenho(s).

2.4 – Poderão fazer uso da(s) Ata(s) de Registro de Preços, todos os Órgãos que compõem a estrutura administrativa do Município de Santa Cruz do Sul e as entidades assistidas ou conveniadas com o Município.

2.5 – Os órgãos e/ou as entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador (Secretaria Municipal de Fazenda), para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.6 – No caso de existência de reserva técnica no procedimento licitatório, os órgãos ou entidades que não participarem do registro de preços estarão autorizadas a fazer seu uso.

2.7 – Não havendo a reserva técnica ou quando a mesma for totalmente utilizada, não haverá possibilidade de adesão por parte das Secretarias que não participaram inicialmente do registro ou por entidades municipais.

## 3. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação em razão da capacidade de gerenciamento.

3.2 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



#### **4. VALIDADE E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, com vigência de **23/12/2025 até o dia 22/12/2026.**

4.1.1 - O período de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser antecipada, de acordo a necessidade da Administração.

4.1.2 - Caso a licitação seja concluída após a data indicada no item 4.1, o período de validade da Ata de Registro de Preços contará a partir da homologação do procedimento licitatório.

4.1.3 - A validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por até 12 (doze) meses, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.4 - Em caso de prorrogação, será renovado o quantitativo original dos itens previstos na Ata de Registro de Preços.

4.2 - O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.2.1 - Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.3 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 - O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.5 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6 - Após a homologação da licitação ou da contratação direta, para fins de formalização da ata de registro de preços serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.

4.7 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.8 - Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9 - O prazo de convocação será de 05 (cinco) dias úteis e poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11 - Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar o segundo colocado e assim sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo.

4.12 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



## 5. DO REAJUSTE, ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

5.1 - Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações:

5.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços;

5.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.2 - Ocorrendo às hipóteses previstas no artigo 124, II, "d", da Lei nº 14.133/21, a requerente deverá comprovar documentalmente o desequilíbrio contratual. Para que possa ser autorizado o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da contratada, esta deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custos, a composição do novo preço, indicando os fatos imprevisíveis. Na ocorrência de fatos previsíveis com consequências imprevisíveis, deverá apresentar documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao presente contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Município poderá adotar, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais especializados, parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do presente termo. Não serão reconhecidos pedidos desacompanhados dos documentos.

5.2.1 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantido o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

5.2.2 - Durante a análise do pedido de reequilíbrio pelo Município, fica a empresa obrigada ao cumprimento do objeto contratado nas condições pactuadas antes do início da análise do pedido, mas caso ocorra inadimplemento, caracterizará inexecução parcial do termo de contrato/ata de registro de preços, implicando na aplicação de sanção prevista no edital e no termo de contrato/ata de registro de preços. Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações dos atos/fatos aludidos no pedido. O lapso de tempo, para a concessão do reequilíbrio, será contado a partir do protocolo da solicitação do interessado. Sob nenhum pretexto haverá reequilíbrio econômico-financeiro retroativo.

5.2.3 - Pedidos de reequilíbrio de preços desacompanhados dos documentos comprobatórios não serão analisados.

5.2.4 - Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo a sua utilização para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato/ata de registro de preços que sejam decorrentes de preços propostos durante a licitação ou por fatores previstos no reajustamento (inflação).

5.2.5 - O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser protocolado:







a) para os Termos de Contrato, na Procuradoria-Geral do Município, sendo que a análise será de responsabilidade da FISCALIZAÇÃO dos serviços ou responsável pela elaboração da Planilha Orçamentária do Município, que emitirá parecer técnico e o devolverá, acompanhado dos demais documentos, à Procuradoria-Geral, para a formalização do aditamento contratual, se for o caso.

b) para os casos de Atas de Registro de Preços, junto a Central de Licitações.

5.3 - Decorridos 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços e havendo prorrogação da mesma, será concedido reajuste, adotando-se a variação no período do IPCA, ou outro índice econômico que vier a substituí-lo.

5.3.1 - O reajuste será calculado com data base a contar da data do orçamento estimado da licitação.

5.3.2 - De maneira análoga, caso o índice oficial utilizado venha a determinar a redução dos valores, serão estendidos à CONTRATANTE, a partir da mesma data base.

5.3.3 - O reajuste será concedido em caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços e decorridos 1 (ano) da contratação.

## **6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

6.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas., neste caso o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.3 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.5 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.6 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

## **7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

7.1 - O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado nos termos do artigo 194 do Decreto Municipal nº 11.668/23;

7.2 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador nas hipóteses previstas no inciso I do artigo 184 do Decreto Municipal nº 11.668/23, e quando o fornecedor:

7.2.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.2.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;





7.2.3 - Não aceitar manter seu preço registrado; ou

7.2.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

7.3 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/21, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.4 - O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa do interessado.

7.5 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.5.1 - Por razão de interesse público;

7.5.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.5.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

## **8. DO REGISTRO POR APOSTILAMENTO**

8.1 - Considerando as disposições do artigo 136 c/c o 115 da Lei Federal 14.133/21, faculta-se a Administração os registros que não caracterizam alteração da Ata de Registro de Preços, podendo aqueles serem realizados por simples apostilamento, unilateralmente pelo Departamento responsável, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

8.2 - Faculta-se à Administração os registros que não caracterizam alteração da Ata de Registro de Preços, por simples Termo de Apostilamento, de forma unilateral, pelo Departamento responsável, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

a) Variação do valor contratual em razão do reajuste, repactuação ou reequilíbrio econômico-financeiro de preços previstos na Ata de Registro de Preços;

b) Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas na Ata de Registro de Preços;

c) Alterações na razão ou na denominação social da empresa;

d) Troca de marca de produtos previstos na Ata de Registro de Preços;

e) Cancelamento de itens previstos na Ata de Registro de Preços;

f) Antecipação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;

g) Indicação de dotações orçamentárias;

h) Outras situações análogas, sem alteração do objeto constante da Ata de Registro de Preços.

## **9. DA SUBCONTRATAÇÃO**

9.1 - Não será permitida a subcontratação total ou parcial, para a execução do objeto desta Ata.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1 - Para fins de infrações administrativas e sanções serão observadas as disposições do item 11 do edital.

## **11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**



11.1- O pagamento será efetuado à vista, em até 10 (dez) dias úteis após a realização dos serviços ou da entrega e conferência dos materiais solicitados pelo Município.

11.2 - Os pagamentos serão efetuados exclusivamente em conta-corrente em nome da empresa licitante, não sendo permitida a cobrança via boleto bancário.

11.3 - Para pagamento, a Empresa deverá apresentar junto ao(s) Núcleo(s) Administrativo(s) da(s) Secretaria(s) requisitante(s), a nota fiscal e/ou fatura do(s) produtos entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Santa Cruz do Sul e conter o número do correspondente empenho.

11.4 - Durante todo o transcorrer da Ata de Registro de Preços e como condição da expedição da(s) Nota(s) de Empenho(s) e da efetivação do(s) seu(s) pagamento(s), a Empresa deverá manter regularizados e dentro dos seus períodos de validade, os seguintes documentos:

11.4.1 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portaria MF nº 358/14 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14).

11.4.2 - Certificado de Regularidade de Situação do FGTS;

11.4.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Municipal de Santa Cruz do Sul;

11.4.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, abrangendo todos os tributos de competência do Estado e relativa à sede ou domicílio da empresa;

11.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa da Débitos Trabalhistas.

11.5 - Nos pagamentos efetuados após a data de vencimento, por inadimplência do Município, desde que entregues(s) o(s) produto(s), incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento.

11.6 - Para fins de pagamento, nas contratações de bens e na prestação de serviços, o município fará a devida retenção do imposto de renda estabelecido na IN 1.234/2012, e regulamentado através do Decreto Municipal 11.324 de 07 de julho de 2022.

11.7 - O Município, **conforme o caso**, reterá a importância correspondente a 11% (onze por cento) do valor total bruto (ou com as deduções da base de cálculo previstas na Lei) da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, que será recolhido ao INSS em nome da empresa vencedora da licitação, conforme dispõe a legislação pertinente a matéria.

## 12. EMPENHOS

12.1 - O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da nota de empenho, que será emitido de acordo com o valor constante na Ata de Registro de Preços ou em seus Aditivos.

12.2 - A emissão do(s) empenho(s) será(ão) autorizada(s) pelo titular da pasta à qual pertencer a unidade requisitante, ou pela autoridade por ele delegada.

12.3 - Na nota de empenho constará, obrigatoriamente, o número do processo licitatório que deu origem ao registro de preços, o objeto da aquisição ou do serviço, o(s) valor(es), (o)s local(ais) para entrega (quando não especificados no edital ou na Ata de Registro de Preços) e o prazo para entrega.

## 13 - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

13.1 - O Município se obriga a efetuar o pagamento, em conformidade com o disposto no item 11 (Condições de Pagamento), desta Ata.

13.2 - A Secretaria Municipal de Fazenda será a Gestora da Ata de Registro de Preços, sendo o Fiscal o servidor da Secretaria Requisitante que emitirá o empenho ou outro indicado pela mesma.





## 14 – OBRIGAÇÕES DA EMPRESA

14.1 – Serão de inteira responsabilidade da empresa os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução desta ata, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

**14.2 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas com perfeição e acuidade e em conformidade com o disposto no Termo de referência, Anexo II deste edital.**

14.3- A empresa deverá comunicar, formalmente, no prazo de até 01 (uma) hora da ordem de serviço da secretaria requerente, a respeito de eventuais ocorrências de interrupção ou possível atraso na execução dos serviços.

14.4 – Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a seu cargo a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes asseguram.

14.5 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento e/ou indenização.

14.6 – Deverão ser prestados pela empresa todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

14.7 – No valor registrado estão incluídas todas as despesas de fretes, taxas, impostos e seguros, bem como quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o(s) produto(s) e/ou serviço(s).

14.8 – O fornecimento será realizado conforme solicitação do Município (mediante empenho prévio) e de acordo com a sua necessidade, ou conforme disposto no termo contratual ou Termo de Referência.

14.9 – Durante toda a execução contratual, se a empresa licitante figurar como estabelecimento matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se filial, todos os documentos deverão estar no nome da filial, exceto aqueles documentos que, tenham que ser emitidos, obrigatoriamente, em nome da matriz. Essa obrigação deverá ser observada, inclusive, por ocasião dos pagamentos.

## 15. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1 – O prazo da execução dos serviços será **imediata** para cópias e a chamada técnica deverá ser atendida em no máximo de **02(duas) horas** após o recebimento da solicitação através dos canais eletrônicos encaminhada pela secretaria requerente;

15.1.1- O prazo de entrega para o item Mola Aérea para Porta devera ser de até 10 (dez) dias úteis.

15.1.2 - O prazo de execução dos serviços e de entrega dos produtos poderá, a critério da Administração e mediante solicitação fundamentada por parte da empresa, ser prorrogado por até igual período.





15.1.3 – A chamada técnica é o deslocamento do profissional indicado pela empresa vencedora do certame até o local indicado pelo contratante dentro da circunscrição municipal, para realizar o serviço solicitado pela contratante. A mesma deverá ser cobrada 01(uma) única vez, mesmo ocorrendo mais serviços dentro do lote no mesmo endereço;

15.1.4 – Caso haja necessidade por parte da Administração, a prestação dos serviços poderá ser agendada em dias e horários diferenciados, buscando-se desta forma, atender cada local da melhor maneira possível e dentro da sua particularidade.

15.1.5 – A empresa deverá realizar, conforme o caso, antes do início da prestação dos serviços a verificação das dimensões reais dos locais onde serão executados os mesmos.

15.1.6 – Todos os serviços prestados deverão ser de primeira qualidade, exercidos com zelo e dedicação no intuito de preservar a Administração Municipal.

15.1.7 – Deverão ser utilizados equipamentos de proteção adequados à natureza dos serviços.

15.2- Os produtos e serviços, conforme o caso, deverão ser entregues livres de despesas pertinentes a frete, carga, descarga, deslocamento até os locais indicados, mão de obra e tudo mais que for necessário para a completa e perfeita realização dos serviços, cabendo a licitante arcar com todos os custos inerentes aos mesmos.

**15.3 - O local de entrega do material e/ou prestação do serviço será indicado na Nota de Empenho e na ordem de serviço encaminhada pela secretaria requerente.**

15.4 – O Município designará responsável para proceder a fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços, o qual relatará as ocorrências, determinando quando necessário a regularização das faltas, defeitos e inconsistências observadas.

**a) Por ocasião do recebimento provisório dos serviços**, a fiscalização designada realizará vistoria de avaliação da qualidade dos serviços prestados com vistas ao aceite dos serviços ou, se for o caso, a execução de eventuais correções.

**b) O recebimento definitivo dos serviços** será efetuado pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, após verificação da conformidade e qualidade dos serviços, junto às Secretarias Requisitantes, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

15.5 – Os produtos e serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos pela legislação vigente, com as devidas garantias previstas, bem assim, fornecidos conforme preceitua o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os produtos considerados inadequados ou não atenderem às exigibilidades, não serão recebidos, ou conforme o caso serão devolvidos, ficando a cargo da empresa os custos referente ao mesmo, bem como sanar os problemas apresentados.

15.6- A empresa vencedora fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não aceitar os serviços e/ou receber os materiais até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

15.6.1 – Qualquer irregularidade verificada após a conclusão dos serviços é de responsabilidade da empresa, devendo a empresa reparar os danos causados, quanto for o caso, decorrentes da execução dos serviços.

15.6.2 – Caso verifique-se a não conformidade do(s) serviço(s) prestado(s), o licitante deverá realizar as correções necessárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page.



15.6.3 - Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo à Administração Pública.

**15.7 – Poderão ser solicitadas ainda, a qualquer momento, as comprovações de cumprimento as normas da ABNT/NBR, INMETRO e de outras normas regulamentadoras, em vigor e aplicáveis aos produtos (caso houver).**

15.8 – A critério do Município, poderá(ão) ser exigido(s), por ocasião da entrega, cópia(s) da(s) nota(s) fiscal(ais) de compra dos produtos ou suprimentos utilizados para a prestação dos serviços, para fins de comprovação de aquisição dos mesmos de distribuidor(es) oficial(ais).

15.9 – O modo de execução dos serviços deverá atender ao disposto no Termo de Referência (Anexo II deste Edital).

## **16. CONDIÇÕES GERAIS**

16.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no edital ou no Termo de Referência, ANEXO ao Edital.

16.2 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

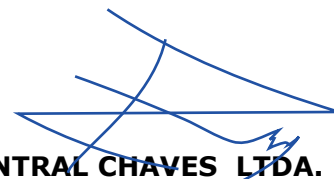
16.3 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16.4 - Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Cruz do Sul – RS para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas decorrentes da presente licitação, com renúncia de outros ainda que privilegiados.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e ficará sob responsabilidade do órgão gerenciador.

Santa Cruz do Sul, 04 de novembro de 2025

Secretário Municipal de Fazenda  
Bruno Cesar Faller

  
**CENTRAL CHAVES LTDA.**































---

## **ata Central Chaves.pdf**

Ata de Registro de Preço I Nº : Central Chaves 100\_25 (corrigida)

Central Chaves 100\_25 (corrigida)

Nº Documento: 4881664276 | Hash original: dc0b609117fa712f08ae5063ce3e24f9

---

## **Assinaturas Eletrônicas**



**BRUNO CESAR FALLER - Matrícula: 41948**

Assinou em: 04/11/2025 14:07, como Secretário Municipal



# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 222/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 051/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 094/2025**

	Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram o <b>Município de Nova Prata do Iguaçu</b> , Estado do Paraná e a empresa <b>37.658.873 Dhuan Victor Grahl</b> , que se regerá pelas cláusulas e condições especificadas em seguida, sob a égide da Lei nº 14.133/2021.
<b>CONTRATANTE</b>	<b>Município de Nova Prata do Iguaçu</b> , Estado do Paraná, pessoa Jurídica de Direito interno, com sede à Rua Vereador Valmor Gomes, 11/59, inscrito no CNPJ nº 78.103.884/0001-05, neste ato devidamente representado pela Prefeita Municipal, Senhora <b>Elizete Cavazin</b> , brasileira, Solteira, portadora do RG nº 6.788.984-3 SESP/PR e inscrita no CPF nº 042.444.599-95, residente na Rua José de Souza, nº 106, nesta cidade.
<b>CONTRATADA</b>	<b>37.658.873 Dhuan Victor Grahl</b> , Pessoa Jurídica, com sede na Avenida Iguaçu, nº 440, sala 01, Bairro Alto, CEP 85.685-000, Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 37.658.873/0001-04, representada neste ato pelo senhor <b>Dhuan Victor Grahl</b> , portador do CPF nº 081.419.939-92.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações, pelos Decretos Municipais nº. 3746 ao 3767, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

## CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro e serviços correlatos, compreendendo fornecimento de todo material necessário, mão de obra especializada e suporte técnico, de forma parcelada por demanda, destinados às secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu -- PR, com especificações técnicas rigorosas, certificações de qualidade adequadas, atendimento emergencial 24 horas, logística completa de fornecimento e garantia, para modernização e segurança da infraestrutura patrimonial municipal.

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DE PRODUTO/SERVIÇO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	UNID	<b>Cópia chave auto PVC (yale).</b> Serviço de confecção de chave automotiva com cabeça PVC formato Yale, incluindo fornecimento de material e mão de obra especializada.	27	48,15	1.300,05
5	UNID	<b>Cópia chave auto PVC quebrada (yale).</b> Serviço de confecção de chave automotiva com cabeça PVC quebrada formato Yale, incluindo soldas e reparos necessários.	27	97,40	2.629,80
6	UNID	<b>Cópia chave auto PVC porta chip (yale).</b> Serviço de confecção de chave automotiva com cabeça PVC preparada	22	167,90	3.693,80





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### “Centro Administrativo Setembrino Thomazi”

		para instalação de chip, formato Yale.			
7	UNID	<b>Cópia chave auto PVC porta chip (pantográfica).</b> Serviço de confecção de chave automotiva pantográfica com cabeça PVC preparada para chip, alta precisão.	18	354,73	6.385,14
8	SERV	<b>Abertura carro simples nacionais.</b> Serviço de abertura emergencial de veículos nacionais com sistemas básicos de travamento, sem danos à estrutura.	23	86,70	1.994,10
9	SERV	<b>Abertura carro simples importados.</b> Serviço de abertura emergencial de veículos importados com sistemas básicos de travamento, técnicas especializadas.	18	119,86	2.157,48
10	SERV	<b>Abertura carro nacional (pantográficos).</b> Serviço de abertura emergencial de veículos nacionais com chaves pantográficas, técnicas avançadas.	13	124,90	1.623,70
11	SERV	<b>Abertura carro importados (pantográficos).</b> Serviço de abertura emergencial de veículos importados com sistemas pantográficos, alta especialização.	8	144,90	1.159,20
14	SERV	<b>Conserto painéis eletrônicos veículos.</b> Serviço de manutenção e reparo de painéis eletrônicos automotivos, incluindo diagnóstico e substituição de componentes.	24	399,90	9.597,60
19	SERV	<b>Programação transponder (chip).</b> Serviço de programação de transponders automotivos, incluindo leitura de códigos e sincronização.	26	209,90	5.457,40
20	UNID	<b>Transponder carros nacionais.</b> Fornecimento de transponders para veículos nacionais, incluindo programação básica.	26	124,71	3.242,46
21	UNID	<b>Chave pelo segredo carros sem código.</b> Confecção de chaves automotivas através de leitura de segredo, para veículos sem código disponível.	26	96,70	2.514,20
22	UNID	<b>Chave pelo segredo carros com código.</b> Confecção de chaves automotivas através de leitura de segredo, com auxílio de código do fabricante.	21	163,50	3.433,50
23	SERV	<b>Leitura de senha para programação transponder, radio.</b> Serviço de leitura técnica de senhas para programação de transponders e sistemas de rádio.	29	170,80	4.953,20
24	UNID	<b>Bateria para controle alarme carro.</b> Fornecimento de baterias específicas para controles remotos automotivos, diversas voltagens.	70	12,40	868,00
25	UNID	<b>Peças para manutenção fechaduras veículos.</b> Fornecimento de peças diversas para manutenção de fechaduras	46	117,60	5.409,60





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## “Centro Administrativo Setembrino Thomazi”

		automotivas, originais ou compatíveis.			
26	<b>SERV</b>	<b>Conserto e manutenção de controle alarme veículos.</b> Serviço de reparo e manutenção de controles remotos automotivos, incluindo soldas e componentes.	31	84,90	2.631,90
27	<b>UNID</b>	<b>Cilindro Ignição veículo.</b> Fornecimento e instalação de cilindros de ignição automotivos, incluindo sincronização com chaves.	26	172,37	4.481,62

O valor total do contrato é de R\$ 63.532,75 (sessenta três mil quinhentos trinta dois reais e setenta cinco centavos).

### CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, o pagamento será em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, conforme quantidade adquirida.

**Parágrafo primeiro.** O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização para fins de atesto.

**Parágrafo segundo.** O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do(s) serviços efetivamente executados e aceitos.

**Parágrafo terceiro.** A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do **FGTS** e **INSS** de todos os empregados atuantes no contrato, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT** ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista, declaração de observância das normas de saúde e segurança do trabalho e documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

**Parágrafo quarto.** No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo quinto.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**Parágrafo sexto.** Antes de cada pagamento, o CONTRATANTE poderá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e demais verificações disponíveis para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

**Parágrafo sétimo.** O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

### CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO

A forma de execução dos serviços do objeto do presente contrato, obedecerá ao Termo de Referência.

### CLÁUSULA OITAVA – MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial coordenar as atividades relacionadas à fiscalização; e seguir as demais previsões do Decreto Municipal nº 3746/2023.

**Parágrafo primeiro.** O fiscal de contrato é o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, devendo ainda observar as determinações estabelecidas no Decreto Municipal nº 3746/2023.





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo segundo.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo terceiro.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Parágrafo quarto.** A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

- I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- VI - a satisfação do público usuário.

**Parágrafo quinto.** O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo sexto.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**Parágrafo sétimo.** A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**Parágrafo oitavo.** Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo nono.** A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo décimo.** A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo,





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## **"Centro Administrativo Setembrino Thomazi"**

quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

**Parágrafo décimo primeiro.** Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo décimo segundo.** A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos bens adquiridos, à sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – PRAZO**

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Diário Oficial, e vigorará pelo período de 12 (doze) meses contados da data da assinatura ou da data estabelecida no Edital.

**Parágrafo primeiro.** O prazo de execução deste termo poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo segundo.** Nos casos do art. 48 da Lei nº. 14.133/2021, durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**Parágrafo primeiro.** O CONTRATANTE não se responsabiliza pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários dos empregados que tenham prestado serviços.

**Parágrafo segundo.** Responsabilizar-se diretamente pelo pagamento e remuneração dos empregados e profissionais que participem da execução do objeto, não se responsabilizando o Município contratante por qualquer remuneração direta ou indireta a qualquer deles, ficando o Município isento de qualquer responsabilidade no que diz respeito ao pagamento da mão de obra utilizada na prestação de serviços contratados;

**Parágrafo terceiro.** Executar os serviços/entregar os bens, conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

**Parágrafo quarto.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

**Parágrafo quinto.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao Município, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando o Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos.

**Parágrafo sexto.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo sétimo.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no Contratante.

**Parágrafo oitavo.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade tributária perante as Fazendas; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**Parágrafo nono.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Município.

**Parágrafo décimo.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

**Parágrafo décimo primeiro.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

**Parágrafo décimo segundo.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**Parágrafo décimo terceiro.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

**Parágrafo décimo quarto.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**Parágrafo décimo quinto.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

**Parágrafo décimo sexto.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

**Parágrafo décimo sétimo.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**Parágrafo décimo oitavo.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**Parágrafo décimo nono.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando o contratado houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

**Parágrafo vigésimo.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**Parágrafo vigésimo primeiro.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos previstos na legislação.





# Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

## **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo vigésimo segundo.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

**Parágrafo vigésimo terceiro.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

**Parágrafo vigésimo quarto.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração, assim como instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Ficará responsável por prestar todo o serviço contratado, dentro dos parâmetros de segurança e qualidade aos visitantes.

**Parágrafo primeiro.** Entregar o ESPAÇO em condições de prestar o serviço devidamente limpo e acessível.

**Parágrafo segundo.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

**Parágrafo terceiro.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**Parágrafo quarto.** Notificar o contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

**Parágrafo quinto.** Pagar ao contratado o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**Parágrafo sexto.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura do contratado, no que couber.

**Parágrafo sétimo.** Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como:

I. exercer o poder de mando sobre os empregados do contratado, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

II. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada;

III. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores do contratado, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

IV. considerar os trabalhadores do contratado como colaboradores eventuais do próprio Município, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

V. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

VI. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo contratado.

VII. Arquivar documentos, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, entre outros, após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

VIII. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando o contratado houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

IX. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO**

##### **DO CONTRATO**

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA será recebido em tantas parcelas quantas forem as relativas ao pagamento, e se dará mediante avaliação de servidores designados pelo Município, na forma do Decreto Municipal, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

**Parágrafo primeiro.** O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, nos termos do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo segundo.** Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no parágrafo terceiro, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo terceiro.** O Gestor do Contrato e/ou a Comissão terá as seguintes atribuições:

**I.** receber definitivamente, o objeto contratado, com verificação da conformidade com as exigências contratuais no que pertine à quantidade e a qualidade, em cumprimento ao contrato ou instrumento correlato.

**II.** na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**III.** se necessário, solicitar ao Departamento interessado na aquisição a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico na área específica, para respectiva análise e parecer técnico do serviço prestado;

**IV.** rejeitar, no todo, ou em parte, o serviço sempre que estiverem em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos, contrato ou instrumento equivalente, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, devendo ser reparar no prazo definido pela Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE da data da efetiva aceitação. Caso a CONTRATADA não reexecute os serviços não aceitos no prazo assinado, a CONTRATANTE se reserva o direito de providenciar a sua execução às expensas da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

**V.** expedir Termo de Recebimento e Aceitação, que comprove o atendimento das exigências contratuais, ou Notificação, no caso de rejeição de material.

**VI.** receber eventuais requerimentos da empresa contratada dirigindo-os às autoridades competentes, depois de prestadas as informações pertinentes;

**VII.** rever seus atos, de ofício, ou mediante provocação, quando for o caso;

**VIII.** receber e conferir os serviços contratados, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento;

**IX.** acompanhar o cumprimento de prazos e entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitação e Compras a constatação de quaisquer irregularidades.

**Parágrafo quarto.** O objeto contratado será recebido, provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, da conformidade do material com as exigências contratuais.

**Parágrafo quinto.** Quando previsto em regulamento, o Termo de Recebimento e Aceitação Definitivo poderá ser substituído por Carimbo de Recebimento Definitivo, quando se tratar de objeto comum em que seja possível aferir de plano a quantidade e a qualidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO**

##### **FORTUITO**

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas devidamente fundamentadas no processo administrativo de contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021,

o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo primeiro.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133, de 2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea “b” acima;
- d) Multa:
  - 1. moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**Parágrafo segundo.** A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

**Parágrafo terceiro.** Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, nos termos do art. 156, §7º, da Lei nº. 14.133, de 2021.





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

**Parágrafo quarto.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**Parágrafo quinto.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo sexto.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo estabelecido no processo administrativo pela Autoridade Máxima.

**Parágrafo sétimo.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo oitavo.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de

integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo nono.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**Parágrafo décimo.** A personalidade jurídica do eventual Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Parágrafo décimo primeiro.** O Município deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**Parágrafo décimo segundo.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – EXTINÇÃO**

O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Parágrafo primeiro.** A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**Parágrafo segundo.** Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **"Centro Administrativo Setembrino Thomazi"**

imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

**Parágrafo terceiro.** Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 30% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato, conforme o caso, na forma da Cláusula das Sanções deste Contrato.

**Parágrafo quarto.** A multa referida no parágrafo anterior não tem caráter compensatório e será descontada do valor da garantia. Se a garantia for insuficiente, o débito remanescente, inclusive o decorrente de penalidades anteriormente aplicadas, poderá ser compensado com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo quinto.** Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

- a) a devolução da garantia;
- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo sexto.** Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo sétimo.** No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

O pagamento da importância referente a execução do objeto, correrá à conta de recursos do orçamento Geral do Município, conforme rubrica orçamentária abaixo: 03 Secretaria de Administração, 001 Departamento de Administração, 04.122.0003.2-002 Manutenção da Secretaria de Administração, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 04 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 001 Departamento de Ensino, 12.361.0008.2-018 Manutenção do Departamento de Ensino, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 06 Secretaria Municipal de Saúde, 001 Departamento de Saúde, 10.301.0007.2-012 Manutenção da Secretaria de Saúde – Atenção Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 07 Secretaria Municipal de Assistência Social, 001 Fundo Municipal de Assistência Social, 08.244.0006.2-008 FMAS – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 08 Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, 001 Departamento de Transporte, 26.782.0017.2-037 Manutenção do Departamento de Transporte, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 09 Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, 001 Departamento Agropecuário Forte e Inovador, 20.606.0014.2-030 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 10 Secretaria Da Indústria, Comércio e Turismo, 001 Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, 22.661.0015.2-034 Manutenção do Departamento de Indústria e comércio, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO**





## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

### **“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

Fica eleito o Foro de Salto do Lontra/PR para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município, além da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº14.133/2021, e no Portal da Transparência do Município.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

a) Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº14.133/2021.

b) Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.

c) E por estarem justos e acordados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma.

Nova Prata do Iguaçu, 23 de setembro de 2025.

ELIZETE

CAVAZIN:04244

459995

Assinado de forma digital  
por ELIZETE  
CAVAZIN:04244459995  
Dados: 2025.09.23 15:23:55  
-03'00'

**Município De Nova Prata Do Iguaçu**

Contratante

TESTEMUNHAS:(NOME e CPF)

37 658 873 DHUAN

VICTOR

GRAHL:3765887300

0104

Assinado de forma digital por  
37 658 873 DHUAN VICTOR  
GRAHL:37658873000104  
Dados: 2025.09.23 15:36:55  
-03'00'

**37.658.873 Dhuan Victor Grahl**

Contratada

(NOME e CPF)



## Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu

Estado do Paraná

**“Centro Administrativo Setembrino Thomazi”**

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 222/2025**

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2025**

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO 094/2025**

**CONTRATANTE:** Município de Nova Prata do Iguaçu – Paraná - CNPJ Nº 78.103.884/0001-05.

**CONTRATADA:** 37.658.873 Dhuan Victor Grahl – CNPJ Nº 37.658.873/0001-04 – Nova Prata do Iguaçu-Pr.

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de chaveiro e serviços correlatos, compreendendo fornecimento de todo material necessário, mão de obra especializada e suporte técnico, de forma parcelada por demanda, destinados às secretarias e órgãos vinculados à Prefeitura Municipal de Nova Prata do Iguaçu -- PR, com especificações técnicas rigorosas, certificações de qualidade adequadas, atendimento emergencial 24 horas, logística completa de fornecimento e garantia, para modernização e segurança da infraestrutura patrimonial municipal, conforme itens 04,05,06,07,08,09,10,11,14,19,20,21,22,23,24,25,26 e 27.

**VALOR:** R\$ 63.532,75 (sessenta três mil quinhentos trinta dois reais e setenta cinco centavos).

**PAGAMENTO:** Pagamento em até 30 (trinta) dias após o atesto da Nota Fiscal.

**RUBRICA ORÇAMENTÁRIA:** 03 Secretaria de Administração, 001 Departamento de Administração, 04.122.0003.2-002 Manutenção da Secretaria de Administração, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 04 Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, 001 Departamento de Ensino, 12.361.0008.2-018 Manutenção do Departamento de Ensino, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 06 Secretaria Municipal de Saúde, 001 Departamento de Saúde, 10.301.0007.2-012 Manutenção da Secretaria de Saúde – Atenção Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 07 Secretaria Municipal de Assistência Social, 001 Fundo Municipal de Assistência Social, 08.244.0006.2-008 FMAS – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 08 Secretaria de Obras, Urbanismo e Transporte, 001 Departamento de Transporte, 26.782.0017.2-037 Manutenção do Departamento de Transporte, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 09 Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário, 001 Departamento Agropecuário Forte e Inovador, 20.606.0014.2-030 Manutenção da Secretaria de Agricultura, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 10 Secretaria Da Indústria, Comércio e Turismo, 001 Departamento de Indústria, Comércio e Turismo, 22.661.0015.2-034 Manutenção do Departamento de Indústria e comércio, 3.3.90.30.00.00 Material de Consumo, 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses.

Nova Prata do Iguaçu - Pr, 23 de setembro de 2025.

Publicado em: 24/09/2025

Jornal: Dom P - AMP

PG: 250 Edição: 3370

251



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ**  
**Secretaria Municipal de Logística e Compras**  
**Superintendência da Secretaria de Logística e Compras**  
**Diretoria de Licitações**  
**Gerência de Licitações**  
Av. Rebouças, nº 200, - Bairro Zona 10, Maringá/PR  
CEP 87030-410, Telefone: (44) 3127-7100 - [www2.maringa.pr.gov.br](http://www2.maringa.pr.gov.br)

## **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2025**

Processo nº 01.05.00019161/2025.52

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2025 – PMM – REGISTRO DE PREÇOS** **PROCESSO Nº 01.05.00019161/2025.52** **VALIDADE: 12 (DOZE) MESES**

O **MUNICÍPIO DE MARINGÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, n.º 701, Centro, Maringá, Paraná, CEP: 87.013-230, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.282.656/0001-06, neste ato representado pelo Sr. **SÍLVIO MAGALHÃES BARROS II, Prefeito Municipal**, residente e domiciliado nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

#### **1. NORMAS REGENTES**

1.1. Esta Ata de Registro de preços está vinculada ao Processo Administrativo nº [01.05.00019161/2025.52](#), ao edital e à proposta apresentada pelos fornecedores signatários, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 2.259/2023, pela Lei Complementar nº 1.142/2019.

#### **2. VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.

2.1.1. A prorrogação da Ata não se dará de modo automático, mas será promovida pela Diretoria de Licitações somente mediante solicitação/provocação a ser apresentada em tempo hábil (30 dias antes de seu vencimento) pela unidade interessada ordenadora da despesa, ou órgão gerenciador.

2.2. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.

2.3. O acompanhamento do saldo dos quantitativos e da vigência competirá à unidade interessada ordenadora da despesa, ou ao Órgão Gerenciador (através da Central de Compras), conforme o caso, competindo a estes também a comprovação - para fins de prorrogação - do preço vantajoso, conforme art. 14, IX, do Decreto Municipal 1856/2023, sendo que tais documentos já deverão estar contidos na solicitação a ser apresentada à Diretoria de Licitações.

2.3.1. À unidade interessada ordenadora da despesa, ou ao Órgão Gerenciador (através da Central de Compras), conforme o caso, competirá promover contato a ser realizado com o fornecedor, no prazo mínimo de 03 meses antes do prazo previsto para o encerramento da Ata ou do esgotamento das quantidades, o que ocorrer primeiro, para fins de verificação do interesse destes na renovação.

#### **3. OBJETO**

3.1. O objeto desta Ata de Registro de Preços é a *contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, fornecimento de cadeados, corrente e lacres de segurança para garantir a segurança, o controle de acesso e a manutenção preventiva e corretiva, para atendimento das secretarias por solicitação da Secretaria Municipal de Logística e Compras*, cuja especificação técnica consta no processo de contratação e faz parte da presente ata de registro de preços.

#### **4. REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO**

4.1. Os fornecedores e seus preços registrados nesta Ata de Registro de Preços estão no Anexo.

4.2. No caso de exclusão de fornecedor ou alteração dos preços, será elaborado termo de aditamento desta Ata, sendo

dispensada a assinatura dos fornecedores que já firmaram ata de registro de preço e não tiveram alteração nos seus preços registrados.

5. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

- 5.1. O órgão gerenciador desta ata de registro de preços é a Prefeitura Municipal de Maringá, através da Secretaria Municipal de Logística e Compras (SELOG).
- 5.2. São órgãos participantes desta ata de registro de preços:

UNIDADE	ENTIDADE
IAM	Instituto Ambiental de Maringá
IPPLAM	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá
AMTECH	Agência Maringá de Tecnologia e Inovação

- 5.3. Prazo para início da execução do objeto:
- 5.3.1. Imediato após a assinatura da ata de Registro de Preços.
- 5.4. Prazo de entrega ou de execução do objeto:
- 5.4.1. Para entrega de materiais com prestação de serviços: prazo máximo de 10 dias para entrega dos materiais a partir da Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho e de 2 dias para execução do serviço.
- 5.4.2. Para entrega de materiais sem prestação de serviços: prazo máximo de 10 dias para entrega dos materiais a partir da Autorização de Fornecimento ou Nota de Empenho.
- 5.4.3. Para serviços sob demanda: até 48 horas para atendimentos normais e 5 horas para emergências, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS).
- 5.4.4. O não cumprimento poderá acarretar penalidades contratuais.
- 5.5. Local de entrega ou execução:
- 5.5.1. Os serviços serão executados nas unidades administrativas indicadas nas Ordens de Serviço e/ou Nota de Empenho, abrangendo todas as Secretarias Municipais e demais órgãos vinculados ao contrato, situadas dentro do perímetro urbano e rural de Maringá, incluindo os distritos de Iguatemi e Floriano.
- 5.5.2. A contratada será responsável por garantir a entrega e execução nos locais designados, cumprindo os prazos estabelecidos e sem custos adicionais para a Administração.

6. QUANTIDADES

- 6.1. As quantidades previstas para cada órgão são:

Código	SAET	SAS	AMETRO	GAPRE	SECOM	SECRIA	SEMUC	SEDUC	SESP	SEFAZ	SEGEF	SEGOV	SEINFRA	IAM	IPPLAM	SEJUC	SELURB	SELOG	SEMOB	SEMOP	SEMULHER	SEBEA	SAÚDE	SSM	AMTECH	SETRAB	SEURBH	FUNREBOM	Reserva técnica (20%)	TOTAL
264277	3	200	50	15	10	82	120	922	300		25	30	150		10	55	50	36	50	5	30	10	500	10	30	23	7	20	549	3292
264279		40	10	5		10	15	132	10								10		2			5	200		20		2	92	553	
277509		25	25	5	4	4	25	306	25				25		2	8	20	3	10		5	5	150		5	5		5	132	794
277510		25	25	5	4	3	25	306	25				25		2	7	20		10		5	5	150		5	5		5	131	788
277511	3	50	50	10	8	7	50	612	50				50		8	15	40	3	20	3	10	10	700		10	22		10	348	2089
277515				5		1	7	58									5	2	1			3	75			5		1	33	196
277516				5		1	7	58									5	2	1			2	75			5		1	32	194
269931				10		2	12	122									10	4	2			5	150			10		2	66	395
277517								122			4			2			30						100			10			54	322
277518								122			4			2			30						110			10			56	334
269930		100	50		8	2	16	765	50				35		4	30	10	13	20	3			500	10		15		15	329	1975
110295		100	50		8	2	26	765	50				50		4	30	10	13	20	3			500	10		14		15	334	2004
264282	3		50	10	8	4	15	140	20						4		30	16	10	3		10	500	10	10	14		5	172	1034
269932			50	10		4	5	42	3							20	10	6	2			10	200			20		5	77	464
263810						10	5	160										6	2		10	10	50	5		17	1		55	331
269933						10	5	202										6	2		10	10	50	5		17	1		64	382
206435		100	50	3	2	7	22	117	50				65			20	15	2	20			5	300			10		12	160	960
93854							10	200	50			10		10			50	10					500	10		10			172	1032
206436		100	50	3	2	7	22	210	50				35			10	20	27	30			5	500			15		6	218	1310
237083		100	50	3		7	22	200	50				30			10	40	36	30			5	300	10		14		2	182	1091
269792			34				22	15	10				60			10	40	3	10			5	200			10		10	86	515
277356							15			1				1					2			1	2			3		1	5	31
110288													50				10		10				20					5	19	114
110290													50				10		10				30					5	21	126
110307													50				4		10										13	77



6.2. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

## **7. CONVOCAÇÃO DOS FORNECEDORES PARA CONTRATAÇÃO**

7.1. Os fornecedores deverão assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente, inclusive Nota de Empenho, em até 5 (cinco) dias úteis após a convocação.

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado por uma vez, excepcionalmente, quando solicitado dentro do prazo e mediante justificativa aceita pelo Município.

## **8. ALTERAÇÃO DE PREÇOS/REAJUSTE E REPACTUAÇÃO**

8.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.2. Do reajuste:

8.2.1. A periodicidade de reajuste do valor desta Ata de Registro de Preços será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice indicado no Termo de Referência ou Edital e, havendo divergência, o mais vantajoso à Administração.

8.2.2. A data-base do reajuste será vinculada à data de formalização da Ata de Registro de Preços.

8.2.3. O reajuste, desde que solicitado pelo fornecedor nos termos constantes no Edital, poderá ser viabilizado pela Administração mediante simples apostilamento, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8.2.3.1. Inexistentes índices de segmentos e setoriais, se for o caso de sua aplicação será adotado o mais vantajoso à Administração, dentre os usuais (IPCA; INPC).

## **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. Constituem obrigações do contratado:

9.1.1. Comunicar ao fiscal do contrato, de imediato, qualquer ocorrência que impeça a execução regular de suas obrigações;

9.1.2. Atender às determinações do fiscal do contrato, destinadas ao regular cumprimento do contrato;

9.1.3. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato ou empenho;

9.1.4. Manter atualizado, durante a vigência da presente ata de registro de preços, seu cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, bem como o endereço, número de telefone fixo e celular, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão;

9.1.5. Quanto ao cumprimento de cota de aprendizes, nos termos do art. 95, XVII, da L. 14.133/2021, caso o objeto da contratação e/ou prestação de serviços terceirizados envolvam mão de obra cujas atividades demandem formação profissional, que dentre os aprendizes a serem contratados será priorizado adolescente entre 14 e 18 anos que estejam em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, cuja comprovação é de responsabilidade da empresa por meio da apresentação de declaração da Assistência Social (do Município em que ocorrerá a execução do contrato de trabalho e aprendizagem), nos termos do art. 53, *caput*, incisos I a III, §§1.º e 2.º, do Dec. Presidencial 9579/2018, com redação conferida pelo Decreto n.º 11.479/2023;

9.1.6. Executar os serviços e fornecer os materiais conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no edital de licitação, na Ordem de Serviço (OS) e na proposta apresentada, garantindo o rigoroso cumprimento das cláusulas contratuais.

9.1.7. Fornecer e utilizar ferramentas adequadas para a execução dos serviços de chaveiro, garantindo sua operacionalidade.

9.1.8. Garantir a entrega dos materiais no prazo máximo de 10 dias úteis e a execução dos serviços dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de aplicação de penalidades.

9.1.9. Substituir, corrigir, remover ou reparar, sem custos adicionais para a Administração, qualquer serviço ou material que apresentar vícios ou defeitos, no prazo estipulado pelo fiscal do contrato.

9.1.10. Responsabilizar-se exclusivamente por todas as suas obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e comerciais, sem que a Administração Pública assuma qualquer responsabilidade em caso de inadimplência.

9.1.11. Manter os funcionários identificados e uniformizados durante a execução dos serviços.

9.1.12. Garantir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando necessário, especialmente em serviços que envolvam perfuração, corte ou manuseio de materiais potencialmente perigosos.

- 9.1.13. Cumprir rigorosamente os prazos e condições estabelecidos no contrato, sem condicionar a execução dos serviços à formação de lotes de atendimento.
- 9.1.14. Disponibilizar canal de atendimento ativo, garantindo a comunicação imediata com a Administração para demandas emergenciais.
- 9.1.15. Atender às solicitações dentro dos prazos estipulados na Ordem de Serviço, sem necessidade de permanência fixa nas unidades.
- 9.1.16. Relatar imediatamente ao contratante qualquer irregularidade verificada durante a prestação dos serviços.
- 9.1.17. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.18. Ser responsável por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato.
- 9.1.19. Manter o local da execução dos serviços limpo e organizado, removendo eventuais resíduos gerados na prestação do serviço.
- 9.1.20. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser preferencialmente por escrito, podendo, em casos emergenciais, ser realizadas por telefone ou mensagem eletrônica, desde que formalizadas posteriormente.
- 9.1.21. A fiscalização do serviço pela Administração não exime a contratada de sua responsabilidade sobre a correta execução dos serviços e fornecimento dos materiais.
- 9.1.22. Não subcontratar total ou parcialmente os serviços ou fornecimento dos materiais, salvo expressa autorização da Administração.

## 10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Constituem obrigações do contratante:
- 10.1.1. Realizar o empenho da respectiva dotação orçamentária;
- 10.1.2. Divulgar a respectiva Ata de Registro de Preços na Transparência;
- 10.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da ata e empenhos decorrentes, registrando as eventuais ocorrências;
- 10.1.4. Comunicar imediatamente ao contratado qualquer defeito ou deficiência que venha a constatar, referente à execução do objeto desta ata e empenhos decorrentes;
- 10.1.5. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias para o cumprimento das obrigações por parte do contratado;
- 10.1.6. Aderir ao contrato e determinar a execução do objeto, garantindo a disponibilidade financeira para a quitação dos débitos, sob pena de ilegalidade dos atos.
- 10.1.7. Designar formalmente um servidor capacitado para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, esclarecendo eventuais dúvidas referentes à contratação.
- 10.1.8. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e entrega dos produtos sob os aspectos quantitativos e qualitativos.
- 10.1.9. Receber o objeto contratado, conforme os prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no edital.
- 10.1.10. Rejeitar produtos ou serviços entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência e Edital.
- 10.1.11. Notificar a CONTRATADA formalmente sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato, preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.
- 10.1.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA via crédito em conta-corrente, cumprindo todos os requisitos legais.
- 10.1.13. As aquisições serão realizadas pela Administração conforme sua necessidade, respeitando os quantitativos registrados na ata e as condições estabelecidas no contrato.
- 10.1.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme as cláusulas contratuais e os termos da proposta.
- 10.1.15. Verificar minuciosamente a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações do edital e da proposta, dentro do prazo fixado para aceitação e recebimento definitivo.
- 10.1.16. Comunicar formalmente à contratada eventuais falhas ou irregularidades verificadas, estabelecendo prazo para sua correção.

## 11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1. Não obstante o fato de os vencedores serem os únicos e exclusivamente responsáveis pelo fornecimento de objetos constantes desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua própria equipe, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

11.1.1. Ficam designados os seguintes servidores para exercerem a fiscalização e o acompanhamento do objeto desta Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos Art. 104, III e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021:

ATRIBUIÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
GESTOR	Adriano Alves de Souza	Tenente Coronel	-
GESTOR	Alessandra Protacio Scarso	Assistente Administrativo	30205
GESTOR	Andreia Cristina de Moraes	Assistente Administrativo	17720

ATRIBUIÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
GESTOR	Antonio Luiz Tramarin	Instrutor de Artes	9836
GESTOR	Claudia Hoffmann	Agente Administrativo	36953
GESTOR	Eduardo Antonio da Silva	Agente Administrativo	39979
GESTOR	Emi Raquel Almeida André	Auxiliar Administrativo	15681
GESTOR	Erica da Silva Ricato	Agente Fiscal	38642
GESTOR	Fernanda Gomes da Silva Pires	Auxiliar Administrativo	20233
GESTOR	João Henrique Ferreira Vieira	Assistente Administrativo	32233
GESTOR	Keetby Therese Midauar Seghesi	Gerente Administrativo e Financeiro	75407
GESTOR	Leila Claudia Sampaio Domenici	Auxiliar Administrativo	31539
GESTOR	Luiz Carlos Pereira	Diretor de Assuntos Comunitários	20233
GESTOR	Marcio Sugihara	Agente Administrativo	44007
GESTOR	Maria Aparecida de Paula Barbosa	Gerente de Patrimônio, Manutenção e Conservação	75337
GESTOR	Matheus da Silva Leite	Agente Administrativo	46462
GESTOR	Maycon Rodrigo Fontana	Agente Administrativo	39144
GESTOR	Maykon Moreira dos Santos	Agente Administrativo	44821
GESTOR	Moacyr Orlandini Junior	Auxiliar Administrativo	17778
GESTOR	Rafaella Heidemann de Oliveira Ruiz	Agente Administrativo	39955
GESTOR	Renato Baraviera Gomes	Engenheiro Civil	55751
GESTOR	Rodolfo Felix Esquilage	Agente Administrativo	36311
GESTOR	Rubens Sebastiao Marin Neto	Agente Fiscal	20744
GESTOR	Vilmar Farias da Maia	Auxiliar Administrativo	36663
GESTOR	William Sergio Carmona Bustos	Auxiliar Administrativo	15842
GESTOR	Yare Cristina Protzek	Superintendente	75185
GESTOR	Zilda Maria Fonseca Valerio	Agente Administrativo	6725
FISCAL	Adailton Braz	Auxiliar Administrativo	10178
FISCAL	Adrielly Camile Carvalho	Agente Administrativo	38711
FISCAL	Alexandre Ubiratan Cruz Pinho	Guarda Municipal	34458
FISCAL	Cristiane Pereira Guedes	Auxiliar Operacional	36578
FISCAL	Érico Yuki Tamazumi Marçal	Agente Administrativo	44674
FISCAL	Fabiane Dantas Gimenes Pradella	Engenheiro Civil	32141
FISCAL	Gislaine Kremer do Couto	Agente Administrativo	38637
FISCAL	Hannah Yuri Andrade Karigyo	1º Tenente	-
FISCAL	Hilton Hiromu Yosinaga	Auxiliar Administrativo	33175
FISCAL	Isabela de Oliveira Pitol	Agente Administrativo	43484
FISCAL	Jair Marinho de Souza	Auxiliar Administrativo	20651
FISCAL	Jose Carlos de Macedo	Gerente Logística e Infraestrutura	75357
FISCAL	Josiane Cangussú Samorano	Gerência Administrativa	75206
FISCAL	Juliana Serafim da Silva	Agente Administrativo	38668
FISCAL	Junia Campelo dos Santos	Agente Administrativo	46453
FISCAL	Leticia Utiyama	Agente Administrativo	46690
FISCAL	Livia Mariko Irikuchi	Agente Administrativo	38627
FISCAL	Lucas Vinicius dos Santos de Oliveira	Auxiliar Operacional	44333

ATRIBUIÇÃO	NOME	CARGO	MATRÍCULA
FISCAL	Marcelo Mazarao	Assessor Administrativo	18576
FISCAL	Marcia Pinheiro da Silva Telecheski	Agente Administrativo	39682
FISCAL	Marina Fernandes Merlo	Agente Administrativo	45071
FISCAL	Renato Mendes de Andrade	Agente Administrativo	44065
FISCAL	Rhaysa Danielle Zielinskyj	Agente Administrativo	46554
FISCAL	Rogelio Soares da Silva	Auxiliar Administrativo	18592
FISCAL	Ruan Marcos Branco	Agente Administrativo	44609
FISCAL	Sergio Yoshiaki Saito	Agente Fiscal	34032
FISCAL	Valdinei Jorge Fritzen	Auxiliar Administrativo	11929
FISCAL	William Ribeiro Luiz	Gerente Administrativo e Financeiro	75429
SUPLENTE	Aldemir Batista Bruno	Agente Administrativo	38667
SUPLENTE	Aline Mariano de Souza Brandão	Agente Administrativo	39768
SUPLENTE	Ana Carolina Ferreira Siqueira	Auxiliar Administrativo	35616
SUPLENTE	Andre Luis Dias Bueno	1º Tenente	-
SUPLENTE	Barbara Izaura Ferreira Noncimbone Pesco	Agente Administrativo	31538
SUPLENTE	Eliezer Candido Pereira	Agente Administrativo	46921
SUPLENTE	Elisangela Moreira Passos	Auxiliar Operacional	18371
SUPLENTE	Emerson Winder Santa Terra	Guarda Municipal	36413
SUPLENTE	Eugenia Terumi Higarashi	Agente Administrativo	9127
SUPLENTE	Fernanda Biegas Fernandes	Agente Administrativo	32063
SUPLENTE	Francine de Lima Santos	Assistente Administrativo	33041
SUPLENTE	Giovane Panerari Generale	Agente Administrativo	43522
SUPLENTE	Jonata Felipe Queiroz de Souza	Educador de Base	35013
SUPLENTE	Jose Aguiar de Souza Junior	Agente Municipal Trânsito	33020
SUPLENTE	Jose Evangelista dos Santos	Agente Administrativo	45140
SUPLENTE	Lucas Vinicius dos Santos de Oliveira	Auxiliar Operacional	44333
SUPLENTE	Marino de Oliveira Suarez	Auxiliar Administrativo	16985
SUPLENTE	Mauricio Nunes da Silva Cedro	Agente Administrativo	45072
SUPLENTE	Mercia Froeming Rastelli	Auxiliar Administrativo	34666
SUPLENTE	Moises Reboucas Santos	Auxiliar Administrativo	15843
SUPLENTE	Nadir de Lima	Auxiliar Administrativo	15567
SUPLENTE	Nilton Santos Angelo	Auxiliar Operacional	44340
SUPLENTE	Pablo Henrique de Souza Sanchez	Agente Administrativo	43527
SUPLENTE	Rosangela Marques de Oliveira	Agente Administrativo	31972
SUPLENTE	Rosimeire Munarin	Enfermeira	11297
SUPLENTE	Santina Angelica Fermino	Assessor Administrativo	19160
SUPLENTE	Valquiria Duarte Fernandes	Assessora de Comunicação Institucional	75474
SUPLENTE	Wellington Rosa Nogueira	Motorista II	18107

## 12. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado até 20 dias após a execução dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente recebida pelo preposto do Município;

12.2. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

12.3. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o



Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

12.4. Quando da efetivação do objeto, o fornecedor deverá descrever os serviços na Nota Fiscal obedecendo a mesma descrição constante da Nota de Empenho;

12.5. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação;

12.6. Os pagamentos efetuados em atraso pela Administração serão acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde que o atraso não tenha sido por culpa da contratada.

12.7. O prazo de pagamento será suspenso nos casos de descumprimento total da obrigação contratual.

12.8. Nos casos de descumprimento parcial da obrigação contratual será realizado o pagamento relativo à parcela incontroversa.

12.9. A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado, para retificação ou substituição, sendo que os trâmites para o pagamento se reiniciarão a partir da data de sua reapresentação.

12.10. Nos casos de multas aplicadas ao fornecedor, os valores serão descontados dos pagamentos seguintes, desde que tenha ocorrido o julgamento do recurso no processo administrativo.

12.11. O fiscal do contrato ou empenho comunicará previamente ao contratado a ocorrência de eventual atraso no pagamento, indicando os motivos e a perspectiva de regularização, com a data provável de pagamento, quando possível.

### **13. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

13.1. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega dos materiais ou da conclusão dos serviços, mediante conferência preliminar pela secretaria demandante.

13.2. O prazo máximo para análise e emissão do recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega ou conclusão dos serviços.

13.3. A conferência incluirá a verificação da quantidade, especificações técnicas e condições gerais dos materiais ou serviços prestados.

13.4. Caso sejam identificadas divergências, defeitos ou não conformidades, a contratada será notificada para substituição ou correção no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, sem custos adicionais para a Administração.

13.5. Durante o período entre o recebimento provisório e o definitivo, os materiais permanecerão sob a guarda da Administração, sem gerar vínculo de aceitação até a finalização da conferência e ateste final.

13.6. O recebimento definitivo será formalizado mediante ateste na Nota Fiscal ou documento equivalente, autorizando o pagamento à contratada.

13.7. O objeto será recebido parcialmente pelo contratante quando descumprida condição de execução que possibilite o aproveitamento do objeto para os objetivos da contratação, aplicando-se a sanção cabível pelo descumprimento contratual.

13.8. Caso o recebimento provisório ou o recebimento definitivo não ocorra no prazo estabelecido, o objeto será considerado tacitamente recebido.

### **14. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR**

14.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado desta ata de registro de preços quando:

14.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

14.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem justificativa aceitável;

14.1.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

14.1.4. Sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

14.1.5. Ocorrer fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, devidamente comprovado e justificado;

14.1.6. Houver razão de interesse público, devidamente justificada; ou

14.1.7. Houver solicitação do fornecedor, desde que mediante apresentação de justificativa superveniente e idônea, e devidamente aceita pela Administração.

14.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas nos itens: descumprir as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem justificativa aceitável; e não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; será formalizado por despacho ou notificação fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

### **15. SANÇÕES APLICADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

	INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADES	DOSIMETRIA
Art. 162	O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora	Multa diária de 1% ao dia, até o limite de 7%, quando o atraso na entrega não causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços, ou ao interesse coletivo; Após, será considerada inexecução	1%/dia
§ único		A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei	- - -
Art.155, I	Dar causa à inexecução parcial do empenho	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave	- - -
Art. 155, II	Dar causa à inexecução parcial do empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Multa sobre a fração não cumprida da nota de empenho, e	20%
		Sendo hipótese de rescisão, conforme art. 137, também multa sobre o valor remanescente da Ata	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	12 meses
Art.155, III	Dar causa à inexecução total do empenho	Multa sobre o valor total da nota de empenho, e	20%
		Sendo hipótese de rescisão, conforme art. 137, também multa sobre o valor remanescente da Ata	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	12 meses
Art. 155, V	Não manter a proposta (desistência após assinatura da Ata de SRP), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor remanescente da Ata, ressalvado o direito da Administração também quanto às penalidades de inexecução parcial e total de empenhos já expedidos	10%
		Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Art. 155, VII (aplicação cumulada com art. 162)	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Art. 155, VIII	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, IX	Praticar ato fraudulento na execução do contrato, inclusive Ata de Registro de Preços e/ou Empenho	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, X	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XI	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Ata de Registro de Preços	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Art. 155, XII	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativo	4 anos e 6 meses

15.2. Pelas infrações administrativas de: ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado; dar causa à inexecução parcial do contrato/empenho que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; ou dar causa à inexecução total do contrato/empenho; que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

15.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Maringá - PR, 28 de agosto de 2025.

## ANEXO

## FORNECEDORES E PREÇOS REGISTRADOS

Fornecedor: **AFC LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob no. 47.758.332/0001-01, com sede na cidade de Frederico Westphalen/RS, Avenida São Paulo, nº 536, Aparecida, CEP 98.400-000, fone/fax: (55) 3744-6750/(34) 99905-2982, por seu representante legal, CARLA REGINA MAZZONETTO JACOMINI, ao final assinado, com o **valor total de R\$ 28.492,50 (vinte e oito mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos)** com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s).

Item	Código	Qtde.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
27	206436	1310	UND	Cadeado 40 mm em latão maciço.	PILLER/PILLER 40 MM	21,75	28.492,50

Fornecedor: **CABOS DE AÇO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 48.836.857/0001-72, com sede na cidade de São Paulo/SP, Rua Morada de Teresina, nº 31, Sol Nascente, CEP 05.281-205, fone/fax: (11) 3904-6868, por seu representante legal, FRANCISCO SAVIO VIEIRA SILVA, ao final assinado, com o **valor total de R\$ 50.220,50 (cinquenta mil, duzentos e vinte reais e cinquenta centavos)** com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s).

Item	Código	Qtde.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
26	93854	1032	UND	Cadeado 35 mm latão maciço.	CABOS DE AÇO BRASIL	14,00	14.448,00
28	237083	1091	UND	Cadeado 50 mm em latão maciço.	CABOS DE AÇO BRASIL	25,00	27.275,00
29	269792	515	UND	Corrente soldada zincada 6,0 mm, contendo 01 metro de comprimento cada. 15/64" pol. Elo Curto: 26 x 48 mm. Peso do metro: 0.650 kg. Carga de trabalho: mínimo 380 Kg. Carga de ruptura: mínimo 1520 Kg. Comprimento do Elo: 3 cm x largura: 1,9 cm.	CABOS DE AÇO BRASIL	16,50	8.497,50

Fornecedor: **CRISTIANO PAULINO-CHAVES**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 03.897.777/0001-99, com sede na cidade de Maringá/PR, Avenida Octávio Perito, nº 20, Zona 01, CEP 87.013-020, fone/fax: (44) 3226-4885/(44) 99830-0146, por seu representante legal, CRISTIANO PAULINO, ao final assinado, com o **valor total de R\$ 54.267,50 (cinquenta e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta centavos)** com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s).

GRUPO 8							
Item	Código	Qtde.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
15	277516	194	UND	Fechadura tetra 55 mm.	SOPRANO/HELA TETRA CAIXA 55 MM	199,00	38.606,00
16	269931	197	UND	Prestação de serviços para substituição/instalação de fechadura tetra (55 mm).		79,50	15.661,50

Fornecedor: **LEANDRO PEREIRA GUEDES - MEI**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 27.879.384/0001-10, com sede na cidade de Maringá/PR, Rua Professor Lauro Eduardo Werneck, nº 787, Zona 07, CEP 87.020-020, fone/fax: (44) 99888-3234, por seu representante legal, LEANDRO PEREIRA GUEDES, ao final assinado, com o **valor total de R\$ 72.386,60 (setenta e dois mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos)** com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s).

GRUPO 6							
Item	Código	Qtde.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
11	269930	493	UND	Segredo de fechadura de porta de madeira/ferro/alumínio com duas chaves.	STAM/3F/ SOPRANO	27,90	13.754,70

GRUPO 6							
12	110295	501	UND	Prestação de serviços para troca de segredo de fechadura de porta de madeira/ferro/alumínio.		39,90	19.989,90
GRUPO 10							
19	263810	331	UND	Controle para motor de portão eletrônico.	HUBRO/FOX/ADAMI	55,00	18.205,00
20	269933	382	UND	Prestação de serviço – codificação de controle para portão eletrônico.		53,50	20.437,00

Fornecedor: **LEONARDO RIBEIRO LOPES - ME**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 22.150.886/0001-92, com sede na cidade de Maringá/PR, Rua Pioneiro Antonio Bernardes, nº 279, Jardim Dias I, CEP 87.025-778, fone/fax: (16) 99314-8302, por seu representante legal, LEONARDO RIBEIRO LOPES, ao final assinado, com o **valor total de R\$ 580.961,30 (quinhentos e oitenta mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta centavos)** com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s).

GRUPO 1							
Item	Código	Qtde.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	277509	596	UND	Fechadura simples 40 mm.	3F/40 MM	83,00	49.468,00
2	277511	784	UND	Prestação de serviços para substituição/instalação de Fechadura simples (40 mm).		34,00	26.656,00
GRUPO 2							
3	277510	591	UND	Fechadura simples 55 mm.	3F/55 MM	130,00	76.830,00
4	277511	783	UND	Prestação de serviços para substituição/instalação de Fechadura simples (55 mm).		40,00	31.320,00
GRUPO 3							
5	269930	1482	UND	Segredo de fechadura de porta de madeira/ferro/alumínio com duas chaves.	3F/AUXILIAR	39,00	57.798,00
6	110295	1503	UND	Prestação de serviços para troca de segredo de fechadura de porta de madeira/ferro/alumínio.		40,00	60.120,00
GRUPO 4							
7	277509	198	UND	Fechadura simples 40 mm.	3F/40 MM	83,00	16.434,00
8	277511	261	UND	Prestação de serviços para substituição/instalação de Fechadura simples (40 mm).		34,00	8.874,00
GRUPO 5							
9	277510	197	UND	Fechadura simples 55 mm.	3F/55 MM	130,00	25.610,00
10	277511	261	UND	Prestação de serviços para substituição/instalação de Fechadura simples (55 mm).		40,00	10.440,00
GRUPO 7							
13	277515	196	UND	Fechadura tetra 40 mm.	3F/TETRA 40 MM	149,00	29.204,00
14	269931	198	UND	Prestação de serviços para substituição/instalação de fechadura tetra (40 mm).		80,00	15.840,00
GRUPO 9							
17	277517	322	UND	Fechadura auxiliar tetra.	3F/AUXILIAR TETRA	80,00	25.760,00
18	277518	334	UND	Prestação de serviços para substituição/instalação de fechadura auxiliar tetra.		50,00	16.700,00



Item	Código	Qtde.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
21	264277	3292	UND	Cópia de chaves simples.	PADO/SIMPLES	6,50	21.398,00
22	264279	553	UND	Cópia de chave tetra.	PAPAIZ/TETRA	19,50	10.783,50
23	264282	1034	UND	Prestação de serviço: abertura de fechadura simples.		42,00	43.428,00
24	269932	464	UND	Prestação de Serviço – Abertura de fechadura tetra.		50,00	23.200,00
30	110288	114	UND	Prestação de Serviço – cópia e chave de automóvel simples.		37,20	4.240,80
31	110290	126	UND	Prestação de Serviço – cópia de chave de automóvel com código.		160,00	20.160,00
32	110307	77	UND	Prestação de Serviço – cópia de chave de moto.		29,00	2.233,00
33	277356	31	PACOTE	Lacre manivela com cabo de aço, numerado, 30 cm, pacote contendo 100 unidades.	MANILOCK/30CM	144,00	4.464,00

Fornecedor: **VARGAS COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA**, inscrito(a) no CNPJ sob nº 07.514.710/0001-89, com sede na cidade de Curitiba/PR, Rua Sanito Rocha, nº 135, Cristo Rei, CEP 80.050-380, fone/fax: (41) 98808-1050, por seu representante legal, EDSON ROBERTO MUTTI VARGAS, ao final assinado, com o **valor total de R\$ 7.670,40 (sete mil, seiscientos e setenta reais e quarenta centavos)** com o(s) preço(s) do(s) item(ns) abaixo relacionado(s).

Item	Código	Qtde.	Und.	Especificação	Marca	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
25	206435	960	UND	Cadeado 25 mm latão maciço.	TRIANGLE	7,99	7.670,40

**SILVIO MAGALHÃES BARROS II**  
Prefeito Municipal

**JOSÉ ROBERTO FRANCISCO BEHREND**  
Diretor-Presidente do Instituto Ambiental de Maringá

**TÂNIA NUNES GALVÃO VERRI**  
Diretora-Presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Maringá

**PATRICIA SAUGO DOS SANTOS**  
Secretária da Agência Maringá de Tecnologia e Inovação

TESTEMUNHAS:

Ieda Ap. Rosa Ferreira

Samara Nunes França



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Savio Vieira Silva, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Paulino, Usuário Externo**, em 28/08/2025, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Pereira Guedes, Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 12:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Ribeiro Lopes, Usuário Externo**, em 29/08/2025, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Regina Mazzonetto Jacomini, Usuário Externo**, em 08/09/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Roberto Mutti Vargas, Usuário Externo**, em 15/09/2025, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Roberto Francisco Behrend, Diretor (a)-Presidente do IAM**, em 16/09/2025, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Nunes Galvão Verri, Diretor (a)-Presidente do IPPLAM**, em 16/09/2025, às 12:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Renan Barros, Secretário (a) de Governo**, em 16/09/2025, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Magalhães Barros II, Prefeito Municipal**, em 17/09/2025, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ieda Aparecida Rosa Ferreira, Agente Administrativo**, em 18/09/2025, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samara Nunes França, Agente Administrativo**, em 18/09/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na [Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e [Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **6794857** e o código CRC **49EF28E0**.



Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056.252/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O DISTRITO FEDERAL POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA - SEDET/DF E A EMPRESA BIG CHAVES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CHAVES, CARIMBOS E SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, NOS TERMOS DO PADRÃO Nº 11/2002.**

**PROCESSO nº 04035-00009058/2025-11.**

O DISTRITO FEDERAL, por meio da SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DISTRITO FEDERAL/SEDET, doravante denominada CONTRATANTE com sede no Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte – SEPN, Quadra 511, Bloco A, Asa Norte – CEP: 70.758-900, Brasília/DF, inscrita sob o CNPJ nº 34.346.776/0001-80, neste ato representada por THALES MENDES FERREIRA, brasileiro, residente e domiciliado nesta Capital, portador do RG nº [REDACTED] SSP/DF, inscrito sob o CPF nº [REDACTED] na qualidade de SECRETÁRIO DE ESTADO, nomeado no DODF nº 1 – A, de 1º de janeiro de 2023, página nº 08, com competências previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, Decreto nº 32.598, de 15 de dezembro de 2010, e do outro lado, a empresa BIG CHAVES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CHAVES, CARIMBOS E SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, doravante denominada CONTRATADA [REDACTED] inscrita no CNPJ sob o nº 24.928.103/0001-84, neste ato representada por CARLOS CESAR VIEIRA, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] SSP/DF, inscrito sob o CPF nº [REDACTED] na qualidade de Representante Legal, com fulcro na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Distrital nº 44.330, de 16 de março de 2023 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de chaveiro, com fornecimento de material, fechaduras e cadeados, a fim de atender as demandas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal e suas unidades, nas condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 183125271), no Pregão Eletrônico nº 90064/2025 (SEI nº 183124913) e na Ata de Registro de Preços (SEI nº 183125435).

1.2. Objeto da contratação:

Item	Quantidade	Unidade de fornecimento	Descrição do item	Código do item	Marca	Valor unitário	Valor total
1	382	UNIDADE	CADEADO, Descrição: corpo em latão maciço, haste em aço, acompanhado de duas cópias de chaves simples, tamanho 20mm. (Exclusiva)	3.3.90.30.28.111.0069	GOLD/PADO	R\$ 12,95	R\$ 4.946,90
2	2186	UNIDADE	CADEADO, Descrição: corpo em latão maciço, haste em aço, acompanhado de duas cópias de chaves simples, tamanho 30mm. (Exclusiva)	3.3.90.30.28.111.0031	GOLD/PADO	R\$ 11,82	R\$ 25.838,52
3	2510	UNIDADE	CADEADO, Descrição: corpo em latão maciço, haste em aço, acompanhado de duas cópias de chaves simples, tamanho 45mm. (Exclusiva)	3.3.90.30.28.111.0032	GOLD/PADO	R\$ 22,96	R\$ 57.629,60
4	2386	UNIDADE	CADEADO, Descrição: corpo em latão maciço, haste em aço, acompanhado de duas cópias de chaves simples, tamanho 60mm. (Exclusiva)	3.3.90.30.28.111.0033	GOLD/PADO	R\$ 50,98	R\$ 121.638,28
5	648	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em ABS, para porta interna e externa, distância da broca de 90mm, tipo tubular, lockwell, lado externo chave, lado interno botão de girar, acompanhada de duas cópias de chave. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0250	SOPRANO/GOLD	R\$ 68,49	R\$ 44.381,52
6	763	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta interna e externa, distância da broca de 120mm, com cilindro, acompanhada de duas cópias de chave, maçaneta tipo bola. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0251	SOPRANO/GOLD	R\$ 56,42	R\$ 43.048,46
7	572	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta interna e externa, distância da broca de 120mm, tipo tubular, lockwell, lado externo chave, lado interno botão de girar, acompanhada de duas cópias de chave. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0252	SOPRANO/GOLD	R\$ 236,33	R\$ 135.180,76
8	792	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta externa, distância da broca de 20mm, perfil estreito, com cilindro, acompanhada de duas cópias de chave, maçaneta tipo "L". (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0253	SOPRANO/GOLD	R\$ 50,00	R\$ 39.600,00
9	677	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para armário de aço, comprimento do tambor de 20mm, com cilindro, acompanhada de duas cópias de chave, segredo único. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0254	SOPRANO/GOLD	R\$ 40,40	R\$ 27.350,80



10	570	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta interna e externa, distância da broca de 70mm, com cilindro, acompanhada de duas cópias de chave, maçaneta tipo bola. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0255	SOPRANO/GOLD	R\$ 87,19	R\$ 49.698,30
11	535	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta interna e externa, distância da broca de 70mm, tipo tubular, lockwell, lado externo chave, lado interno botão de girar, acompanhada de duas cópias de chave. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0256	SOPRANO/GOLD	R\$ 101,40	R\$ 54.249,00
12	955	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para gaveta, com cilindro de 22mm, acompanhada de duas cópias de chave. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0257	SOPRANO/GOLD	R\$ 38,19	R\$ 36.471,45
13	868	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta de banheiro, com chave fixa, maçaneta simples. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0259	SOPRANO/GOLD	R\$ 43,15	R\$ 37.454,20
14	491	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta de vidro de abrir/bater, com cilindro, acompanhada de duas cópias de chave. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0260	SOPRANO/GOLD	R\$ 97,98	R\$ 48.108,18
15	750	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta externa com espessura de 30 a 40mm, distância da broca de 55mm, com cilindro, acompanhada de duas cópias de chave, maçaneta simples. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0261	SOPRANO/GOLD	R\$ 81,00	R\$ 60.750,00
16	663	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta externa, acompanhada de duas cópias de chave, modelo tetra. (Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0262	SOPRANO/GOLD	R\$ 84,73	R\$ 56.175,99
17	733	UNIDADE	FECHADURA, Descrição: em metal, para porta interna com espessura de 30 a 40mm, distância da broca de 55mm, com cilindro, acompanhada de duas cópias de chave, maçaneta simples.(Exclusiva)	3.3.90.30.24.111.0263	SOPRANO/GOLD	R\$ 60,00	R\$ 43.980,00
18	321	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: abertura de carro codificada (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0001	SERVIÇO	R\$ 60,00	R\$ 19.260,00
19	118	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: abertura de cofre. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0002	SERVIÇO	R\$ 75,00	R\$ 8.850,00
20	1688	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: abertura de fechadura em geral, tipo gaveta, armários e cadeados. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0003	SERVIÇO	R\$ 45,00	R\$ 75.960,00
21	243	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: conserto de fechadura de automóvel(Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0004	SERVIÇO	R\$ 90,00	R\$ 21.870,00
22	1257	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: conserto de fechadura de cilindro de porta interna ou externa. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0005	SERVIÇO	R\$ 55,00	R\$ 69.135,00
23	1397	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: conserto de fechadura em geral, tipo gaveta, armários e cadeados. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0006	SERVIÇO	R\$ 35,00	R\$ 48.895,00
24	683	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: conserto de fechadura tipo lockwell (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0007	SERVIÇO	R\$ 40,00	R\$ 27.320,00
25	315	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave codificada para automóvel.(Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0008	SERVIÇO	R\$ 90,00	R\$ 28.350,00
26	319	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave para cofre. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0009	SERVIÇO	R\$ 55,00	R\$ 17.545,00
27	449	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave Gorja. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0010	SERVIÇO	R\$ 23,00	R\$ 10.327,00
28	301	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave simples para automóvel. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0011	SERVIÇO	R\$ 34,00	R\$ 10.234,00
29	610	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave tipo tetra. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0012	SERVIÇO	R\$ 23,00	R\$ 14.030,00
30	529	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave tubular. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0013	SERVIÇO	R\$ 60,00	R\$ 31.740,00
31	3286	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave uma face simples ou colorida. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0014	SERVIÇO	R\$ 14,00	R\$ 46.004,00
32	731	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: cópia de chave para porta de aço. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0015	SERVIÇO	R\$ 14,50	R\$ 10.599,50
33	912	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: extração de chave quebrada. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0016	SERVIÇO	R\$ 33,00	R\$ 30.096,00
34	1041	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: instalação de fechadura de cilindro de porta interna ou externa. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0017	SERVIÇO	R\$ 82,00	R\$ 85.362,00

35	1401	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: instalação de fechadura em geral, tipo gaveta, armários e cadeados. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0018	SERVIÇO	R\$ 60,00	R\$ 84.060,00
36	451	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: instalação de fechadura lockwell. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0019	SERVIÇO	R\$ 100,00	R\$ 45.100,00
37	716	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: instalação de fechadura para porta de banheiro. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0020	SERVIÇO	R\$ 80,00	R\$ 57.280,00
38	411	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: instalação de fechadura de porta de vidro. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0021	SERVIÇO	R\$ 95,00	R\$ 39.045,00
39	353	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: modelagem de chave codificada para automóvel. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0022	SERVIÇO	R\$ 200,00	R\$ 70.600,00
40	226	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: modelagem de chave de cofre. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0023	SERVIÇO	R\$ 140,00	R\$ 31.640,00
41	233	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: modelagem de chave simples para automóvel. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0024	SERVIÇO	R\$ 90,00	R\$ 20.970,00
42	411	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: modelagem de chave de fechadura tetra. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0025	SERVIÇO	R\$ 55,00	R\$ 22.605,00
43	2381	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: modelagem de chave simples. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0026	SERVIÇO	R\$ 32,00	R\$ 76.192,00
44	224	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: troca de segredo de cofre, incluindo a respectiva chave. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0027	SERVIÇO	R\$ 95,00	R\$ 21.280,00
45	1290	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: troca de segredo de fechadura em geral, tipo portas, gavetas, armários e cadeados, incluindo a respectiva chave. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0028	SERVIÇO	R\$ 35,00	R\$ 45.150,00
46	713	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: conserto de fechadura para porta de banheiro, cilindro com chave fixa. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0029	SERVIÇO	R\$ 60,00	R\$ 42.780,00
47	472	SERVIÇO	SERVIÇOS DE CHAVEIRO, Descrição: instalação de fechadura tetra. (Exclusiva)	3.3.90.39.79.111.0030	SERVIÇO	R\$ 105,00	R\$ 49.560,00
<b>TOTAL: R\$ 2.048.341,46</b>							

### 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 183125271)
- 1.3.2. O Pregão Eletrônico (SEI nº 183124913);
- 1.3.3. A Proposta do contratado (SEI nº 183125047) e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. A contratação com o fornecedor registrado será formalizada pelo órgão ou entidade interessado por intermédio de instrumento contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou outro instrumento hábil, de acordo com o art. 210, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, e o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

1.5. Após a convocação pela Administração, o licitante vencedor deverá assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 dias úteis, nos termos do art. 90 Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

1.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

1.6. O instrumento de contrato poderá ser substituído pela nota de empenho de despesa, ou outro instrumento hábil, quando se tratar de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, conforme prevê o art. 95, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atendendo, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$ 401.719,50 (quatrocentos e um mil, setecentos e dezenove reais e cinquenta centavos)**.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/09/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por Apostilamento.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante.

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#)).

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.24. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais:

Unidades Administrativa da SEDET

01	Edifício SEDE - SEDET	Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte - SEPN, Quadra 511, Bloco A - Bairro Asa Norte - CEP 70750-541
02	Agência de Atendimento ao Trabalhador Brasília	SCDN BL K LJ 13 - Brasília, CEP: 72705-511
03	Agência de Atendimento ao Trabalhador Ceilândia	EQNM 18/20 BL B LJ 01 05 (Praça do cidadão). Ceilândia DF, CEP: 72210-552
04	Agência de Atendimento ao Trabalhador Taguatinga	C 04 LT 03 B Incêndio, Taguatinga, CEP: 72010-040
05	Agência de Atendimento ao Trabalhador Paranoá/Itapoã	Fazendinha Quadra 03 Conjunto J BL T 01 - Paranoá
06	Agência de Atendimento ao Trabalhador Planaltina	Av. Uberdan Cardoso Quadra 101 A/E Adm. Regional CEP: 71690-090
07	Agência de Atendimento ao Trabalhador Riacho Fundo II	QC 01 CJ 05 LT 02 - Riacho Fundo II, CEP: 71882-015
08	Agência de Atendimento ao Trabalhador Santa Maria	QC 01 CJ E Quadradão SINE - Santa Maria, CEP: 72511-100
09	Agência de Atendimento ao Trabalhador Gama	Setor Central AE 02 , CEP: 72045-610
10	Agência de Atendimento ao Trabalhador Plano Piloto I	SEPN 511 BL A LT 01 (SEDE), CEP: 70750-541
11	Agência de Atendimento ao Trabalhador Plano Piloto II	Galeria Oeste, SCN Q. 01 – Asa Norte CEP: 70381-000
12	Agência de Atendimento ao Trabalhador Recanto das Emas	Q 805 Área Especial s/n – Recanto das Emas, Brasília – DF, CEP: 72610-500
13	Agência de Atendimento ao Trabalhador Sobradinho	Q 08 AE 03 SL 03 Sobradinho, CEP: 73006-080
14	Agência de Atendimento ao Trabalhador Sol Nascente	SHSN, Chácara 125, quadra A, lote 22, lojas 1 e 2 – Sol Nascente Trecho II CEP: 72.210-000
15	Agência de Atendimento ao Trabalhador Estrutural	Área Especial nº09 AV Central - Cidade Estrutural-71.255-100
16	Agência de Atendimento ao Trabalhador Samambaia	QN 303 CJ 01 LT 03 - Samambaia, CEP: 72305-003
17	Agência de Atendimento ao Trabalhador São Sebastião	QD. 104 Conj. 05 Lt. 09 – Residencial Oeste São Sebastião CEP: 71692-090
18	Fábrica Social I	SCIA Q 14 CJ 02 LT 16



19	Fábrica Social II Sol Nascente	Setor Habitacional Sol Nascente, Chácara 125-a, Quadra a, lotes 01/07, Ceilândia/DF, CEP: 72.236-800,
20	UCET/Arquivo	SAAN Q 04 LT 565/665 Administração - Cruzeiro
21	Unidade Galeria Oeste	Galeria Oeste, SCN Q. 01 – Asa Norte CEP: 70381-000
22	Polo JK Setor de Desenvolvimento JK	TR 05 CJ 10 LT 08 Canteiro de Obra
23	SIMPLIFICA-PJ -Simplifica -DF	QI 19 LT 28 30 32 - Taguatinga

9.24.1. O técnico deverá se deslocar aos locais das repartições citados acima.

9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

9.26. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.26.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

#### CLÁUSULA DÉCIMA -- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os Contratos e convênios de que trata o [§ 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de Garantia contratual da execução.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, [que justifiquem a imposição de penalidade mais grave \(art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).
- Multa**.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse

valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([ART. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 13.5.1. nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
- 13.5.2. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
  - 13.5.2.1. se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([ART. 92, VIII](#))**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada (SEI nº 185078660):

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
CÓDIGO/U.G.:	250101 - 00001 – SECRETARIA ESTADO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA DO DF
ESFERA:	1 - FISCAL
ID USO:	0 - sem contrapartida
FONTE DE RECURSO:	100 - ORDINÁRIO NÃO VINCULADO
PROGRAMA DE TRABALHO:	11.122.8207.8517.9839 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS
NATUREZA DE DESPESA:	339030 - MATERIAL DE CONSUMO - valor: R\$ 11.850,00 (onze mil oitocentos e cinquenta reais)
	24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações - valor: R\$ 104.528,00
	28 - Material de Proteção e Segurança- valor: R\$ 14.806,50
	339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
	79 - Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional - valor: R\$ 282.385,00

<b>VALOR DISPONÍVEL:</b>	<b>R\$ 33.391,50</b> (trinta e três mil trezentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)
<b>VALOR PROJETADO PARA 2026:</b>	<b>R\$ 368.328,00</b> (trezentos e sessenta e oito mil trezentos e vinte e oito reais)
<b>VALOR TOTAL :</b>	<b>R\$ 401.719,50</b> (quatrocentos e um mil setecentos e dezenove reais e cinquenta centavos)

14.2. Foi emitido o Empenho no valor de R\$20.160,00 (vinte mil cento e sessenta reais), conforme Nota de Empenho 2025NE00847 (SEI nº 189286981), emitida em 09/12/2025, sob o evento nº 400091, na modalidade "Estimativo"

14.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO (ART. 92, §1º)

18.1 Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015, fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, podendo sua utilização ensejar a rescisão do Contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, que:

- I - incentive a violência;
- II - seja discriminatório contra a mulher, assim entendidos quaisquer conteúdos que diminuam, mesmo que de forma indireta, metafórica ou por analogias, a capacidade laborativa, intelectual ou qualquer outra esfera de vida da mulher;
- III - incentive a violência contra a mulher, seja por apologia a quaisquer tipos de violência doméstica tipificadas pela Lei Maria da Penha, ou ainda violência sexuais, institucionais, ou qualquer violência fundada na condição de mulher;
- IV - exponha a mulher a constrangimento ou incentive ou explore o corpo da mulher de forma objetificada;
- V - seja homofóbico, racista e sexista;
- VI - incentive a violência contra as mulheres de povos e comunidades tradicionais, negras, indígenas, ciganas, quilombos, transexuais, travestis e transgênero; por orientação sexual e de gênero e por crença;
- VII - represente qualquer tipo de discriminação, especialmente voltados contra minorias em condições de vulnerabilidade.

19.2. Nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017, a licitante vencedora que tiver mais de 20 funcionários contratados, se obriga a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio com instituições públicas ou privadas, curso de alfabetização ou complementação do ensino fundamental até o quinto ano.

19.2.1. em caso de descumprimento será aplicada à Contratada multa de 30% (trinta por cento) com base no salário de cada funcionário não beneficiado.

19.3. Nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013, a empresa vencedora fica obrigada a comprovar mensalmente, junto ao gestor responsável, a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, em caso de irregularidades, devem ser sanadas no prazo máximo de trinta dias da detecção.

19.3.1. o não atendimento das determinações implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato por parte da Administração Pública.

19.4. Nos termos da Lei Distrital nº 6.128/2018, fica reservado o percentual de 2% das vagas de trabalho contidas no TR, Anexo I deste Edital, para pessoas em situação de rua.

19.5. Nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012, a licitante vencedora, na prestação do serviço, se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde.

19.6. O adjudicatário após a assinatura do contrato, a partir de 1º de janeiro de 2020, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica, conforme disposto na Lei 6.112/2018 e na Lei nº 6.308/2019.

19.6.1. para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa contratada, não cabendo ao órgão contratante o seu ressarcimento.

19.6.2. pelo descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa contratada:

i) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do contrato, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do contrato;

19.6.2.1. o não cumprimento da obrigação implicará:

i) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

ii) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade contratante;

iii) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

19.7. a empresa que possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

19.8. a implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior a R\$ 6.184.987,50 e aplica-se em sua plenitude às pessoas

jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

19.9. No caso de contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, as regras sobre a retenção provisória e mensal de provisões trabalhistas serão realizadas nos termos previstos na Lei 4.636/2011, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 34.649/2013.

19.10. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

19.11. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

19.12. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate a Corrupção coordenada pela Controladoria Geral do Distrito Federal, por meio do Telefone: 0800-6449060. (Decreto Distrital n.º 34.031/2012).

**Pelo Distrito Federal:**

**THALES MENDES FERREIRA**

Secretário de Estado

**Pela Contratada:**

**CARLOS CÉSAR VIEIRA**

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS CESAR VIEIRA, Usuário Externo**, em 31/12/2025, às 08:44, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **THALES MENDES FERREIRA - Matr.0274371-X, Secretário(a) de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal**, em 31/12/2025, às 12:07, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **190551651** código CRC= **BC8E4BC0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal - Bairro Asa Norte - CEP 70750-541 -

Telefone(s):

Sítio - <http://sedet.df.gov.br/>

04035-00009058/2025-11

Doc. SEI/GDF 190551651



# VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Triunfo  
Prefeitura Municipal de Triunfo  
Registro de Preços Eletrônico - 81/2025

**06.261.743 OSEIAS BITENCOURT | Tipo: MEI - LC123: Sim - Documento 06.261.743/0001-00 -  
Endereço: AV 13 DE MAIO - CEP: 95840000 - UF: RS - Município: Triunfo - Telefone: (51) 99909-1769**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	CÓPIAS DE CHAVE YALE A PARTIR DE OUTRA.	LAND	LAND	600,0000 UN	R\$ 14,0000	R\$ 8.400,0000
0002	CÓPIA DE CHAVE TETRA A PARTIR DE OUTRA CHAVE.	LAND	LAND	200,0000 UN	R\$ 37,0000	R\$ 7.400,0000
0003	CÓPIA DE CHAVE GORGE A PARTIR DE OUTRA CHAVE.	LAND	LAND	200,0000 UN	R\$ 27,0000	R\$ 5.400,0000
0004	CONFECÇÃO DE CHAVES (2 CÓPIAS) PELO SEGREDO EM FECHADURA COMUM.	LAND	LAND	250,0000 UN	R\$ 222,0000	R\$ 55.500,0000
0005	CONFECÇÃO DE CHAVES (2 CÓPIAS) PELO SEGREDO EM FECHADURA DE MÓVEIS (ARMÁRIOS, GAVETAS E ARQUIVOS).	LAND	LAND	80,0000 UN	R\$ 155,0000	R\$ 12.400,0000
0006	CONFECÇÃO DE CHAVES (2 CÓPIAS) PELO SEGREDO EM FECHADURA LA FONTE COLONIAL.	LAND	LAND	120,0000 UN	R\$ 225,0000	R\$ 27.000,0000
0007	ABERTURA DE PORTAS COM FECHADURA COMUM.	LAND	LAND	200,0000 UN	R\$ 270,0000	R\$ 54.000,0000
0008	ABERTURA DE FECHADURAS DE MÓVEIS (GAVETAS, ARMÁRIOS E ARQUIVOS)	LAND	LAND	100,0000 UN	R\$ 150,0000	R\$ 15.000,0000
0009	SUBSTITUIÇÃO DE FECHADURA EM MÓVEIS (ARMÁRIOS, GAVETAS E ARQUIVOS). INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS INCLUSIVE DE ACABAMENTO E DUAS (02) CHAVES NOVAS.	LAND	LAND	200,0000 UN	R\$ 250,0000	R\$ 50.000,0000
0010	SUBSTITUIÇÃO DE FECHADURA DE PORTAS. INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS INCLUSIVE DE ACABAMENTO E DUAS (02) CHAVES NOVAS.	LAND	LAND	100,0000 UN	R\$ 380,0000	R\$ 38.000,0000
0011	CONFECÇÃO DE CHAVES AUTOMOTIVAS CODIFICADAS PELO SEGREDO DOS ANOS DE 1999 À 2012, COM O FORNECIMENTO DE 02 (DUAS) CÓPIAS.	LAND	LAND	20,0000 UN	R\$ 1.600,0000	R\$ 32.000,0000
0012	CONFECÇÃO DE CHAVES AUTOMOTIVAS CODIFICADAS PELO SEGREDO DOS ANOS DE 2013 À 2017, COM O FORNECIMENTO DE 02 (DUAS) CÓPIAS.	LAND	LAND	15,0000 UN	R\$ 2.300,0000	R\$ 34.500,0000
0013	CONFECÇÃO DE CHAVES PARA TRATORES / RETROESCAVADEIRAS PELO SEGREDO, COM O FORNECIMENTO DE 02 (DUAS) CÓPIAS.	LAND	LAND	50,0000 UN	R\$ 1.300,0000	R\$ 65.000,0000
0014	ABERTURA DE VEÍCULOS E MAQUINAS PESADAS.	LAND	LAND	25,0000 UN	R\$ 300,0000	R\$ 7.500,0000
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 412.100,0000	

**Valor Total: R\$ 412.100,0000**



# VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Cacequi  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI  
Registro de Preços Eletrônico - 65/2025

**GELSON LUIZ PIVETTA & CIA LTDA - Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 09.039.501/0001-56 -  
Endereço: R DUQUE DE CAXIAS - CEP: 97450000 - UF: RS - Município: - Telefone: (55) 99916-6033**

Lote	Item	Produto	Modelo	Marca/ Fabricante	Quantidade	Melhor Lance	Valor Total
0001		Contratação de serviços de chaveiro com fornecimento de materiais.					
	0001	CÓPIA de chave do tipo comum (yale, gorge).	yale, gorge	Gold	405 UN	R\$ 17,00	R\$ 6.885,00
	0002	CÓPIA de chave do tipo tetra ou dobermann.	tetra ou dobermann	Gold	307 UND	R\$ 29,00	R\$ 8.903,00
	0003	CÓPIA de chave para veículo com codificação.	chave gaveta	Gold	50 UND	R\$ 325,00	R\$ 16.250,00
	0004	CÓPIA de chave para veículo sem codificação.	chave cabo plástico	Gold	64 UN	R\$ 122,00	R\$ 7.808,00
	0005	SERVIÇO (fornecimento + serviço + deslocamento) - Troca de cilindro fechadura comum com fornecimento de 02 chaves.	N/C	N/C	138 SVÇ	R\$ 74,00	R\$ 10.212,00
	0006	SERVIÇO de abertura de fechadura simples com fornecimento de 02 chaves.	N/C	N/C	148 SVÇ	R\$ 60,00	R\$ 8.880,00
	0007	PLACA VEÍCULO automotivo modelo oficial, fabricada em alumínio, com película refletiva conforme resolução CONTRAN 780/2019.	placas mercosul	Continemtal Tech Ltda	10 UND	R\$ 160,00	R\$ 1.600,00
TOTAL DO LOTE							R\$ 60.538,00
TOTAL DO VENCEDOR							R\$ 60.538,00

**Valor Total: R\$ 60.538,00**



# VENCEDORES DO PROCESSO

Prefeitura Municipal de Sinop  
Departamento de Licitações  
Pregão Eletrônico - 07/2026

**COMERCIAL SPONCHIADO LTDA | Tipo: Ltda/Eireli - LC123: Sim - Documento 13.338.681/0001-44 - Endereço: AVENIDA JOÃO MUNIZ REIS - CEP: 98400000 - UF: RS - Município: Frederico Westphalen - Telefone: (55) 3744-1961**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0015	FECHADURA DE LIGA DE COBRE CROMADO CILINDRO DE 17 MM DE DIAMETRO , TIPO GAVETA DE SOBREPOR COM DUAS CHAVES PARA USO INTERNO PARA ESCRIVANINHA (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	maxima	maxima	80 UN	R\$ 157,50	R\$ 12.600,00
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 12.600,00	

**Onix - Comercio e Distribuidora | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 12.514.719/0001-20 - Endereço: R RADIALISTA MAURICIO DE OLIVEIRA - CEP: 78028240 - UF: MT - Município: Cuiabá - Telefone: (66) 9615-4099**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	CONCERTO DE FECHADURA STAM SIMILAR(EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	453 UN	R\$ 124,00	R\$ 56.172,00
0002	CONCERTO DE FECHADURA TETRA(EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	57 UN	R\$ 141,50	R\$ 8.065,50
0003	CONCERTO DE FECHADURA VOLKA(EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	61 UN	R\$ 157,50	R\$ 9.607,50
0004	CONTROLE REMOTO - CONTROLE DO TIPO UNIVERSAL DE PORTAO ELETRONICO E PORTA ELETRONICA. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.).	ONIX	ONIX	33 UN	R\$ 43,03	R\$ 1.419,99
0005	COPIA DE CHAVE GORJES(EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	GOLD	GOLD	95 UN	R\$ 33,61	R\$ 3.192,95
0006	COPIA DE CHAVE PARA CADEADO (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	GOLD	GOLD	320 UN	R\$ 37,00	R\$ 11.840,00
0007	COPIA DE CHAVE PARA PORTA DE DIVISORIA (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	GOLD	GOLD	207 UN	R\$ 37,00	R\$ 7.659,00
0008	COPIA DE CHAVES MULTIPONTO(EXCLUSIVO PARA M.E.E.E.P.P.).	GOLD	GOLD	52 UN	R\$ 82,50	R\$ 4.290,00
0009	COPIA DE CHAVE TETRA(EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	GOLD	GOLD	134 UN	R\$ 46,00	R\$ 6.164,00
0010	COPIA DE CHAVE YALE E/OU SIMILAR (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	GOLD	GOLD	555 UN	R\$ 27,50	R\$ 15.262,50
0011	FECHADURA COM CHAVE MULTIPONTO COM POSSIBILIDADE DE MODULACAO E PE NIVELADOR COM PINTURA ELETROSTATICA TIPO EPOXI-PO. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	STAM	STAM	51 UN	R\$ 205,00	R\$ 10.455,00
0012	FECHADURA DE FERRO CROMADA CONVENCIONAL COM CONTRA FECHADURA PARA USO INTERNO DA PORTA DE VIDRO (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	STAM	STAM	72 UN	R\$ 174,38	R\$ 12.555,36
0013	FECHADURA DE FERRO PZ 511 PARA USO EM ARMARIO INSTALADA (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	STAM	STAM	86 UN	R\$ 102,29	R\$ 8.796,94
0014	FECHADURA DE LIGA DE COBRE CROMADO CILINDRO COM 30MM DE DIAMETRO, SOBREPOR COM CHAVE, PARA PORTAO, COM INSTALACAO. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	STAM	STAM	46 UN	R\$ 144,60	R\$ 6.651,60
0016	FECHADURA DE METAL CROMADA PARA PORTA DE VIDRO COM INSTALACAO (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	STAM	STAM	74 UN	R\$ 189,50	R\$ 14.023,00
0019	SERVICO DE ABERTURA DE FECHADURA DE PORTA COM TROCA DE MIOLO. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	113 UN	R\$ 128,12	R\$ 14.477,56
0020	SERVICO DE ABERTURA PORTA E CONFECCAO DE CHAVE TETRA (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	93 UN	R\$ 200,90	R\$ 18.683,70
0021	SERVICO DE ABERTURA PORTA E CONFECCAO DE CHAVE YALE (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	240 UN	R\$ 178,75	R\$ 42.900,00
0022	SERVICO DE CONFECCAO DE CHAVES. (EXCLUSIVO PARA M.E.E E.P.P.).	ONIX	ONIX	145 UN	R\$ 125,00	R\$ 18.125,00



0023	SERVICO DE INSTALACAO DE FECHADURA EM PORTA DE DIVISORIA (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	116 UN	R\$ 198,00	R\$ 22.968,00
0024	SERVICO DE INSTALACAO DE FECHADURA EM PORTA DE VIDRO (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	71 UN	R\$ 187,25	R\$ 13.294,75
0025	SERVICO DE INSTALACAO DE FECHADURA SIMPLES EM PORTA DE MADEIRA OU SIMILAR. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	160 UN	R\$ 182,00	R\$ 29.120,00
0026	SERVICO DE INSTALACAO E MONTAGEM DE FECHADURA ELETROICA COM CONFIGURACAO DE CONTROLE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL (ATE 5M - COD.: 2428) (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	38 UN	R\$ 435,00	R\$ 16.530,00
0027	SERVICO DE MANUTENCAO - CONFIGURACAO DE CONTROLE DE PORTAO ELETROICO. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.).	ONIX	ONIX	33 UN	R\$ 30,25	R\$ 998,25
0028	SERVICO DE MANUTENCAO EM FECHADURA ELETROICA PARA PORTA DE VIDRO, COMO REPAROS ELETROICOS E AFINS. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.).	ONIX	ONIX	22 UN	R\$ 160,65	R\$ 3.534,30
0029	SERVICO DE REALOCACAO DE FECHADURA ELETROICA (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	ONIX	ONIX	26 UN	R\$ 350,00	R\$ 9.100,00
0030	SERVICO DE TROCA DE CILINDRO DE ARMARIO DE FERRO.(EXCLUSIVO PARA M.E.E EP.P.).	ONIX	ONIX	26 UN	R\$ 191,00	R\$ 4.966,00
0031	SERVICO DE TROCA DE CILINDRO DE ARMARIO DE MADEIRA.(EXCLUSIVO PARA M.E.E EP.P.).	ONIX	ONIX	25 UN	R\$ 198,93	R\$ 4.973,25
0032	SERVICO DE TROCA DE MACANETA DE FECHADURA TETRA.(EXCLUSIVO PARA M.E.E E.P.P.).	ONIX	ONIX	31 UN	R\$ 115,00	R\$ 3.565,00
0033	SERVICO DE TROCA DE MACANETA DE FECHADURA YALE.(EXCLUSIVO PARA M.E.E E.P.P.).	ONIX	ONIX	51 UN	R\$ 120,00	R\$ 6.120,00
0034	TROCA DE SEGREDO DE FECHADURA TETRA (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	GOLD	GOLD	18 UN	R\$ 127,38	R\$ 2.292,84
0035	TROCA DE SEGREDO DE FECHADURA YALE (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	GOLD	GOLD	48 UN	R\$ 127,38	R\$ 6.114,24
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 393.918,23	

**VEAR TECNOLOGIA LTDA | Tipo: ME - LC123: Sim - Documento 45.704.834/0001-16 - Endereço: Rua Coronel Pedro Benedet - CEP: 88801250 - UF: SC - Município: Criciúma - Telefone: (48) 3437-7444**

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0017	FECHADURA ELETROICA DE SOBREPOR PARA PORTAS OU PORTOES DE METAL OU MADEIRA. COM CILINDRO EXTERNO FIXO (40 MM) DE ALTA QUALIDADE. POSSUEM AJUSTE PARA PORTAS LEVES E PESADAS. MEMORIA MECANICA (DESTRAVA AO PRIMEIRO IMPULSO). (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	FECHADURA ELETROICA 12V AJUSTAVEL PY DIR/	SOPRANO	47 UN	R\$ 455,50	R\$ 21.408,50
0018	FECHADURA ELETROICA PARA PORTA DE VIDRO (VIDRO/VIDRO) RASGO COM PUXADOR BOLA INTERNO, ACABAMENTO EM INOX POLIDO, ALIMENTACAO 12 VOLTS E CILINDRO PY INTERNO. (EXCLUSIVO PARA M.E. E E.P.P.)	FECHADURA ELETROICA VIDRO 12V PY INTERNA	SOPRANO	17 UN	R\$ 449,99	R\$ 7.649,83
TOTAL DO VENCEDOR					R\$ 29.058,33	

**Valor Total: R\$ 435.576,56**







Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ORÇAMENTO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cadeado 25mm	33	R\$ 35,00	R\$ 1.155,00
2	Cadeado 30mm	11	R\$ 38,00	R\$ 418,00
3	Cadeado 40mm	33	R\$ 45,00	R\$ 1.485,00
4	Cadeado 45mm	33	R\$ 59,00	R\$ 1.947,00
5	Cadeado 50mm	22	R\$ 75,00	R\$ 1.650,00
6	Cópias de chaves automotivas simples	33	R\$ 95,00	R\$ 3.135,00
7	Cópias de chaves automotivas pantográfica.	11	R\$ 420,00	R\$ 4.620,00
8	Cópia de chave automotiva codificada	17	R\$ 839,00	R\$ 14.263,00
9	Cópia de chave yale	3000	R\$ 19,00	R\$ 57.000,00
10	Cópia de chave gorja	55	R\$ 50,00	R\$ 2.750,00
11	Cópia de chave tetra	33	R\$ 79,00	R\$ 2.607,00
12	Instalação e consertos de fechaduras com aplicação de peças	110	R\$ 180,00	R\$ 19.800,00
13	Serviço de abertura de porta	110	R\$ 155,00	R\$ 17.050,00
14	Instalação de fechaduras de gavetas com aplicação de materiais	55	R\$ 210,00	R\$ 11.550,00
15	Instalação de fechadura de porta com aplicação de peças.	77	R\$ 220,00	R\$ 16.940,00
16	Serviço de troca de segredo em fechadura com aplicação de materiais.	132	R\$ 180,00	R\$ 23.760,00
17	Serviço de abertura de cofre	3	R\$ 190,00	R\$ 570,00
18	Serviço de troca de segredo de cofre com aplicação de materiais	3	R\$ 220,00	R\$ 660,00
19	Instalação e conserto de travas de segurança para portas.	11	R\$ 190,00	R\$ 2.090,00
20	Serviço de codificação/ programação simples para controle remoto para portão eletrônico e alarme com fornecimento de controles remotos automáticos.	50	R\$ 190,00	R\$ 9.500,00

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: LUCAS CASTILHO

CNPJ: 26.326.666/0001-28

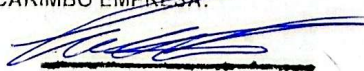
ENDEREÇO: RUA: HOLLANDA N. 243

TELEFONE: (49) 999119383

DATA DA PROPOSTA: 13.03.26

VALIDADE DA PROPOSTA 15.05.26

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO EMPRESA.

  
**Lucas Castilho**  
CNPJ: 26.326.666/0001-28





Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

ORÇAMENTO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cadeado 25mm	33	R\$ 36,00	R\$ 1.188,00
2	Cadeado 30mm	11	R\$ 38,00	R\$ 418,00
3	Cadeado 40mm	33	R\$ 49,00	R\$ 1.617,00
4	Cadeado 45mm	33	R\$ 60,00	R\$ 1.980,00
5	Cadeado 50mm	22	R\$ 76,00	R\$ 1.672,00
6	Cópias de chaves automotivas simples	33	R\$ 99,00	R\$ 3.267,00
7	Cópias de chaves automotivas pantográfica.	11	R\$ 450,00	R\$ 4.950,00
8	Cópia de chave automotiva codificada	17	R\$ 850,00	R\$ 14.450,00
9	Cópia de chave yale	3000	R\$ 20,00	R\$ 60.000,00
10	Cópia de chave gorja	55	R\$ 55,00	R\$ 3.025,00
11	Cópia de chave tetra	33	R\$ 78,00	R\$ 2.574,00
12	Instalação e consertos de fechaduras com aplicação de peças	110	R\$ 195,00	R\$ 21.450,00
13	Serviço de abertura de porta	110	R\$ 170,00	R\$ 18.700,00
14	Instalação de fechaduras de gavetas com aplicação de materiais	55	R\$ 220,00	R\$ 12.100,00
15	Instalação de fechadura de porta com aplicação de peças.	77	R\$ 230,00	R\$ 17.710,00
16	Serviço de troca de segredo em fechadura com aplicação de materiais.	132	R\$ 190,00	R\$ 25.080,00
17	Serviço de abertura de cofre	3	R\$ 200,00	R\$ 600,00
18	Serviço de troca de segredo de cofre com aplicação de materiais	3	R\$ 210,00	R\$ 630,00
19	Instalação e conserto de travas de segurança para portas.	11	R\$ 205,00	R\$ 2.255,00
20	Serviço de codificação/ programação simples para controle remoto para portão eletrônico e alarme com fornecimento de controles remotos automáticos.	50	R\$ 195,00	R\$ 9.750,00

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: *Márcio José dos Anjos*

CNPJ: *12.628.354/0001-64*

ENDEREÇO: *Somente machado, nº 89 - Centro*

TELEFONE: *(49) 999 81-2208*

DATA DA PROPOSTA: *13/03/2026*

VALIDADE DA PROPOSTA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CARIMBO EMPRESA:

**12.628.354/0001-64**

**Márcio José dos Anjos**

**Rua Fernando Machado, 89**

**Centro - CEP 89500-000**

**Caçador - SC**

*Márcio José dos Anjos*



CHAVES ADILSON  
online

Ligar

orçamento estimado, sem compromisso.  
Caso tenha interesse, encaminhamos as informações.  
Obrigada!

18:42 ✓

Boa tarde.  
OK! Pode encaminhar por gentileza. Amanhã lhe retorno.  
Obrigado

18:48

orçamento chaveiro.docx  
DOCX - 495 KB

18:49 ✓

Baixar

caso alguns dos itens não faça o serviço ou fornecimento de item pode deixar em  
branco, duvidas estou a disposição

18:50 ✓

obrigada

18:50 ✓

Ontem

Boa tarde tudo bem?

13:36 ✓

**Olá! Aqui é RICARDO\* da Chaves Adilson\***  
  
Precisa de algum atendimento? 🙋🏻  
  
Por gentileza, envie foto ou vídeo e se possível explique ao máximo o seu problema  
para que eu possa te atender melhor e mais rápido.  
  
Se precisar de carimbos deixe as informações que deseja colocar que logo lhe  
responderei.  
  
**Mas se for urgente e eu não responder imediatamente, por favor, ligue.**  
  
🚫 ATENÇÃO: NÃO ATENDO LIGAÇÕES DE WHATSAPP 🚫  
  
Obrigado.

13:36

referente ao nosso pedido de orçamento por acaso conseguiu verificar os valores para  
nos passar?

13:37 ✓

+ 🗨 Digite uma mensagem

Dados do contato

CHAVES ADILSON

Chaves Adilson

Serviço de assistência residencial • Chaveiro • Serviço automotivo

Aberta 24 horas

Catálogo Compartilhar

Conta comercial

Produtos

Mostrar tudo

chaveiro

Ligar

06/02/2026

As mensagens e ligações são protegidas com a criptografia de ponta a ponta.  
Somente as pessoas que fazem parte da conversa podem ler, ouvir e compartilhar  
o conteúdo dessas conversas. Clique para saber mais.

05/02/2026

Olá, boa tarde  
Falo pelo Setor de Planejamento e Contratações Unificadas da Prefeitura de  
Caçador/SC. Estamos realizando levantamento de mercado para futura contratação de  
chaveiro e gostaríamos de verificar o interesse da sua empresa em enviar um  
orçamento estimado, sem compromisso.  
Caso tenha interesse, encaminhamos as informações.  
Obrigada!

18:49 ✓

Boa tarde

19:03

Pode enviar para ver o q seria os serviços

19:04

06/02/2026

orçamento chaveiro.docx  
DOCX - 495 KB

13:34 ✓

Baixar

+ 🗨 Digite uma mensagem

Dados do contato

chaveiro

+55 49 9926-4190

Pesquisar

Video

Voz

Recado

Disponível

Mídia, links e docs

1

Mensagens favoritas

Configurações de notificação

Mensagens temporárias

Desativadas

Privacidade avançada da conversa

Desativada

Criptografia

As mensagens são protegidas com a criptografia de ponta a ponta.  
Clique para verificar.

Adicionar aos Favoritos

The image is a screenshot of a WhatsApp chat interface. The contact is 'PONTO DAS CHAVES VIDEIRA', with a phone number '+55 49 9805-2795'. The chat background is a light beige pattern of various icons. The conversation history shows a date separator for '06/02/2026' and a system message about end-to-end encryption. Below this, another date separator for '05/02/2026' is visible. The main message is a green bubble containing text about a market survey for a future contract in Caçador/SC, followed by 'Obrigada!'. The time '18:42' and a double-checkmark are at the bottom right of the bubble. The bottom of the screen shows the input area with a plus icon, a text field containing 'Digite uma mensagem', and a microphone icon. On the right side, the contact's profile card is visible, showing the profile picture, name, phone number, and three action buttons: 'Pesquisar', 'Video', and 'Voz'. Below the profile card is a list of chat features: 'Recado', 'Chaveiro Ponto das Chaves', 'Mídia, links e docs', 'Mensagens favoritas', 'Configurações de notificação', 'Mensagens temporárias', 'Privacidade avançada da conversa', 'Criptografia', and 'Adicionar aos Favoritos'.